
GLOBALIZAÇÃO E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: A FUNÇÃO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS NO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DE VESTUÁRIOS. O CASO DO HAITI.

Guerby Sainte

Doutorando em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências,
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas/SP
guerby20102010@gmail.com

Márcio Cataia

Prof. Livre Docente do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências,
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas/SP
cataia@unicamp.br

Recibido: 9 de octubre de 2023; Revisado: 2 de diciembre de 2024; Aceptado: 10 de diciembre de 2024

Globalización y división internacional del trabajo: el papel de los países periféricos en el circuito espacial de producción de prendas de vestir. El caso de Haití

Resumen. Este artículo pretende profundizar en el debate sobre la globalización y la división internacional del trabajo, haciendo hincapié en el papel de los países periféricos dentro del circuito espacial de producción de textiles y prendas de vestir. La globalización se caracteriza por la creciente interconexión de las diversas regiones del planeta, resultado de la intensificación de los intercambios comerciales, el avance de las nuevas tecnologías y la difusión de información entre las naciones. Este fenómeno económico ha dado lugar a una reconfiguración del espacio, lo que implica una reevaluación de las normas que rigen la competencia comercial. En este contexto, asistimos a la formación de grandes zonas económico-políticas en los países periféricos, a menudo impulsadas por megainstituciones. Las hipótesis sobre los fundamentos del desarrollo industrial -incluidos el comercio internacional, la localización industrial y las externalidades- constituyen una de las bases de la geografía económica. La metodología de este trabajo se basa en una amplia revisión bibliográfica, que abarca libros, tesis y artículos científicos, con el objetivo de dilucidar la importancia de los países periféricos en el circuito espacial de la producción de prendas de vestir.

Palabras clave: globalización, circuito productivo espacial, países periféricos

Globalització i divisió internacional del treball: el paper dels països perifèrics en el circuit espacial de producció de peces de vestir. El cas d'Haití

Resum. Aquest article pretén aprofundir en el debat sobre la globalització i la divisió internacional del treball, posant l'accent en el paper dels països perifèrics dins del circuit espacial de producció de tèxtils i peces de vestir. La globalització es caracteritza per la creixent interconnexió de les diverses regions del planeta, resultat de la intensificació dels intercanvis comercials, l'avanç de les noves tecnologies i la difusió d'informació entre les nacions. Aquest fenomen econòmic ha donat lloc a una reconfiguració de l'espai, la qual cosa implica una reavaluació de les normes que regeixen la competència comercial. En aquest context, assistim a la formació de grans zones econòmic-polítiques als països perifèrics, sovint impulsades per

megainstitucions. Les hipòtesis sobre els fonaments del desenvolupament industrial -inclosos el comerç internacional, la localització industrial i les externalitats- constitueixen una de les bases de la geografia econòmica. La metodologia d'aquest treball es basa en una àmplia revisió bibliogràfica, que abasta llibres, tesis i articles científics, amb l'objectiu de dilucidar la importància dels països perifèrics en el circuit espacial de la producció de peces de vestir.

Paraules clau: globalització, circuit productiu espacial, països perifèrics

Globalization and international division of labor: the role of peripheral countries in the spatial productive circuit of clothing: the case of Haiti

Abstract. This paper aims to deepen the discussion on globalization and the international division of labor, with an emphasis on the role of peripheral countries within the spatial productive circuit of textiles and apparel. Globalization is characterized by the increasing interconnection of various regions of the planet, resulting from the intensification of trade exchanges, advancements in new technologies, and the dissemination of information among nations. This economic phenomenon has led to a reconfiguration of space, implying a reassessment of the norms that govern commercial competition. In this context, we observe the establishment of large economic-political zones in peripheral countries, often driven by mega-institutions. The hypotheses regarding the foundations of industrial development—including international trade, industrial location, and externalities—constitute one of the foundations of economic geography. The methodology of this paper is based on a comprehensive literature review, encompassing books, theses, and scientific articles, with the aim of elucidating the importance of peripheral countries in the spatial production circuit of clothing.

Keywords: Globalization, special productive circuit, peripheral countries

Sumário. Este trabalho propõe aprofundar a discussão sobre a globalização e a divisão internacional do trabalho, com ênfase na função dos países periféricos dentro do circuito espacial produtivo de têxteis e vestuários. A globalização é caracterizada pela crescente interconexão das diversas regiões do planeta, resultante da intensificação das trocas comerciais, do avanço das novas tecnologias e da disseminação da informação entre as nações. Esse fenômeno econômico provocou uma reconfiguração do espaço, implicando uma reavaliação das normas que regem a competição comercial. Nesse contexto, observa-se a constituição de grandes zonas econômico-políticas nos países periféricos, frequentemente impulsionadas por megainstituições. As hipóteses sobre as bases do desenvolvimento industrial — incluindo comércio internacional, localização industrial e externalidades — constituem um dos fundamentos da geografia econômica. A metodologia deste trabalho fundamenta-se em uma ampla revisão bibliográfica, abrangendo livros, teses e artigos científicos, com o intuito de elucidar a importância dos países periféricos no circuito espacial de produção de vestuários.

Palavras-chave: gentrificação, gentrificação, estado, urbano, cidade, mercado

1. INTRODUÇÃO

A integração econômica das regiões de um país e a implantação de indústrias nos territórios nacionais estão intrinsecamente ligados a uma nova geografia da especialização produtiva, que se cristaliza na intersecção entre as dimensões local e global da prática econômica. Em uma conjuntura de competição globalizada, as regiões se encontram em um estado de concorrência que se manifesta em dois aspectos fundamentais: o controle de custos e a otimização dos fatores de produção (Benko, 1998, p. 41), porém não exclusivos. Além dos preços da energia, os custos da força de trabalho, as taxas de juros, os impostos e o sistema normativo revelam-se fundamentais para a produção, conseqüentemente certas localidades se mais tornam atrativas aos investidores. O conjunto coerente destes elementos constitui as especializações territoriais produtivas, que evidenciam uma diferenciação entre os espaços mais voltadas para a globalização e os espaços “menos produtivos”, cuja dinâmica econômica é mais endógena.

No contexto das especializações produtivas, os Estados têm destaque, especialmente na implementação de políticas comerciais que visam atrair investimentos. Preparar certos espaços do território nacional para a economia extrovertida é, de certa maneira, encarado como uma ação espontânea, natural para o desenvolvimento dos países periféricos. Conforme Storper (1997), as vantagens comparativas e competitivas estão no cerne da escolha dos lugares por parte das grandes corporações.

A busca por localizações mais favoráveis por parte das corporações intensifica normas coercitivas da competitividade territorial, na qual a procura por regiões produtivas que maximizam lucros se torna um ponto nodal. Na economia globalizada a deslocalização industrial é uma marca indelével, com certas bases industriais transferidas para países com força de trabalho mais barata, resultando em um arranjo econômico que, ao padronizar custos de trabalho e condições salariais, contribui para a globalização da pobreza. Essa dinâmica enfraquece a produção nacional voltada para o mercado interno, debilitando seus laços inter-regionais.

Segundo Santos (2000) a globalização refere-se a um processo complexo que vai além da mera interconexão econômica, porque envolve uma unicidade técnica, uma convergência dos momentos (com a transmissão das informações em tempo real) e uma mais-valia global, envolvendo não apenas aspectos econômicos, mas também sociais, culturais e políticos. O autor critica a globalização neoliberal, enfatizando que ela gera desigualdades e marginaliza as populações ao redor do mundo. Para ele, é possível uma outra globalização, que seja generosa no sentido da promoção da equidade social e entre as nações, onde as vozes dos países periféricos e das populações vulneráveis sejam ouvidas e consideradas. Portanto, respeitando as diversidades e priorizando a justiça socioespacial. Neste sentido é preciso combater as ilimitações do capital.

A competitividade territorial atingiu dramaticamente o território haitiano, especialmente com a implantação de espaços econômicos especiais onde as regras econômicas e normativas são apropriadas para a ação das empresas transnacionais: são as Zonas Francas. Elas são mais produtivas, viabilizam lucros maiores em benefício da competição capitalista e recompõe, sobre novas bases, a espacialidade da economia capitalista: são espaços onde há um outro conjunto de regras políticas e econômicas que não aquelas do Estado nacional. O estímulo à exportação de produtos cuja base produtiva não é nacional, exige a importação de insumos para suprir o circuito espacial produtivo exportador, tornando o território nacional um elo em um circuito global. As Zonas Francas representam arranjos político-econômicos estimulados pela padronização dos custos do trabalho, da produção e da possibilidade da circulação de mercadorias em escala global segundo normas ditadas pelo Direito Privado (das empresas que fazem parte do circuito) e não pelo Direito Público, por isso são espaços onde há uma suspensão da soberania do Estado nacional.

A especial atenção voltada para o circuito espacial produtivo do vestuário no Haiti, tem revelado que os territórios periféricos se tornam centrais para a realização das atividades de circuitos espaciais produtivos globais - como é o vestuário -, que atrai investimentos de corporações multinacionais interessadas em reduzir custos. Assim, essas nações têm seus territórios estruturados para atender às demandas dos mercados globais (Castells, 1996, p. 89) e o circuito espacial de produção de vestuários é particularmente emblemático dessa dinâmica. Esse processo de produção leva os países periféricos a serem moldados por condições laborais precárias, baixos salários e falta de proteção social, o que reproduz uma relação de subordinação e dependência em relação às demandas dos mercados centrais (Harvey, 2012, p. 146).

A globalização da economia, que está no cerne da produção capitalista, como Marx (2004) já havia precocemente mencionado, toma um vulto de *climax* neste período atual. A etapa da circulação das mercadorias e dos fluxos de todas as ordens estão no centro do alargamento dos contextos de produção das corporações multinacionais e das novas funções das organizações financeiras internacionais. A globalização é representada pelo fenômeno amplo de interconexão entre países, com intensa circulação de pessoas, capitais, bens e culturas (Cavusgil *et al.*, 2010, p. 89). Desde os anos 1970 a intensificação dos fluxos de informações, bens materiais, serviços e mobilidade de pessoas entre diferentes nações, é a feição desta globalização (Vasconcellos, 2007, p. 256).

Esta integração capitalista de empresas e regiões dos territórios nacionais promove em rede os denominados “circuitos espaciais produtivos” (Santos, 2004, p. 39). Ele organiza a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços desde a escala local até a escala global, com funções diversificadas para diferentes territórios e espaços. Nessa segmentação, os países centrais acumulam atividades de alta qualificação e incorporação de novíssimas tecnologias, enquanto os territórios periféricos, como é o caso do Haiti, geralmente se especializam em processos produtivos cuja força de trabalho é intensiva e barata, e os processos produtivos são rotineiros, repetitivos e não exigem maior aprimoramento do trabalho realizado, como é o caso do vestuário.

A divisão internacional do trabalho refere-se à maneira como as diferentes nações e regiões do mundo se especializam na produção de bens e serviços, com base em suas vantagens comparativas, recursos disponíveis e capacidades produtivas. Esse conceito implica que diferentes países assumam funções distintas na economia global, onde alguns se especializam na produção de matérias-primas, enquanto outros se concentram na fabricação, tecnologia ou serviços, o que aparentemente reproduz a velha divisão internacional do trabalho, que tem perpetuado desigualdades. Mas, nesta globalização não é a totalidade dos territórios nacionais que interessa, mas a interdependência entre pontos ou manchas dos territórios, o que torna as Zonas Francas lugares privilegiados para o capital. As Zonas Francas são uma expressão espacial da competitividade exigida pelo neoliberalismo, enclaves cristalizados em um território e livres da regulação constitucional que vige sobre a nação. Slobodian (2023) inventariou em 2018, 5.400 “zonas econômicas especiais” em todo o mundo; em 1975, esse número era de 79.

De doze Zonas Francas projetadas, o Haiti possui cinco em funcionamento (as três mais importantes constam da Figura 4), nas quais as grandes empresas, controladoras de grandes marcas de roupas voltadas para o mercado da classe média e média alta no centro do sistema, valem-se de terceirizações e quarteirizações para a contratação de empresas prestadoras de serviços. Essas corporações viabilizam a extração de mais-valia por meio da terceirização a pequenas e médias empresas estabelecidas em diversas regiões do planeta. Em duas Zonas Francas, CODEVI e CARACOL, objeto da pesquisa, observamos a superexploração das trabalhadoras e trabalhadores.

A incorporação de muitas regiões periféricas aos circuitos espaciais produtivos globalizados - neste caso, o vestuário voltado para exportação nas Zonas Francas haitianas - transforma profundamente a economia nacional, já que reposiciona as regiões nas tramas da integração nacional. Os nexos de muitas regiões, especialmente no entorno das Zonas Francas, passam a ser muito maiores com o mundo exterior do que com regiões nacionais contíguas. A globalização no setor do vestuário haitiano destinado à exportação evidencia uma rearticulação efetiva da economia nacional e um reposicionamento da nação na divisão internacional do trabalho.

2. CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO VESTUÁRIO E SEU CÍRCULO DE COOPERAÇÃO NO ESPAÇO

A economia política do território diz respeito às relações sociais de produção geografizadas em suas várias etapas: produção, circulação, distribuição e consumo. Sua geografia específica reside na explicação da divisão territorial do trabalho e as desigualdades que daí decorrem. Para captar esta geografia utilizamos o conceito de *circuito espacial produtivo*. Este conceito, embrionariamente presente no trabalho de George (1968), foi mais particularmente desenvolvido por Barrios (1976, p. 34), Cariola *et al.* (1979, p. 45), Moraes (1985, p. 39) e Santos (1986, p. 51), que também considerou os chamados *círculos de cooperação no espaço*. Se os circuitos são referidos à materialidade em rede exigida para a produção, os círculos de cooperação no espaço referem-se às redes de colaboração entre diferentes atores econômicos, como empresas, governos e instituições, que atuam em uma determinada região. Esses círculos podem incluir cooperação entre empresas, setores e os incentivos do Estado às atividades econômicas. Assim, os circuitos espaciais de produção e seus círculos de cooperação têm o fito de analisar a produção-distribuição-troca-consumo como mobilidade circular incessante (Moraes, 2017).

Os circuitos e os círculos, em conjunto, tal como desenvolvidos por Santos (1996, 2000, p. 38), permitem compreender a interação entre espaços de produção e consumo, além de evidenciar as dinâmicas de cooperação que asseguram atividades industriais em diversas regiões do mundo. O circuito espacial produtivo do vestuário presente no Haiti é dependente da importação têxtil, que por sua vez é bastante complexa, pois envolve desde a produção de matérias-primas (naturais e sintéticas) até a produção de insumos fundamentais para o vestuário.

Marx (1983) tratou das etapas da produção *lato sensu*, observando que elas não são estanques, daí a importância atual do uso dos conceitos de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. Existe uma forte interdependência entre as várias etapas do processo produtivo e dos diversos atores econômicos, técnicos e sociais. No caso da indústria têxtil, isso abrange desde a troca de tecnologias e técnicas de cultivo até o transporte e a distribuição dos produtos acabados. No entanto, essas relações de cooperação não se constituem apenas entre corporações e governos, mas também entre diferentes agentes da sociedade, em um processo que possibilita um fluxo incessante de insumos e produtos ao longo da cadeia de produção.

Neste contexto, os circuitos espaciais produtivos têxtil e do vestuário possuem nexos estreitos e com uma divisão internacional do trabalho bastante clara. O circuito espacial produtivo têxtil implica diversas etapas territorialmente distanciadas, desde a produção de matérias-primas, como o algodão, até a fabricação (manufatura) e o consumo final. A produção de algodão e fibras naturais é realizada em territórios tropicais e subtropicais, enquanto a fabricação, ou seja, a confecção, ocorre em locais ou países com mão de obra mais barata, como Vietnã, Bangladesh, Índia e Haiti. Já a distribuição e o

consumo desses produtos se concentram em países do centro do sistema, em seus mercados urbanos, como nos Estados Unidos e países da União Europeia (Castells, 1996, p. 167).

As diversas etapas produtivas estabelecem uma interdependência entre países e regiões, com cada localidade especializada em uma atribuição particular do circuito. Sendo assim, esse processo cria uma complexa estrutura de fluxos sociais e econômicos, ademais de realçar as desigualdades territoriais inerentes ao processo produtivo global. Enquanto os países produtores de matérias-primas subordinam-se aos mercados compradores externos e às tecnologias para aumentar sua produção, as regiões industriais recebem os insumos a baixo custo e realizam maior valor agregado no sistema de transformação (Sassen, 2016, p. 96). Assim, os círculos de cooperação no espaço passam a reproduzir relações assimétricas nos lugares, aumentando as desigualdades.

Os circuitos espaciais de produção se referem aos meios de produção cristalizados no território, tornando-se um capital fixo, que é tanto mais valorizado quanto maior são os fluxos das mercadorias. Tal importância expressa, em sua diversificação e magnitude, uma determinada configuração na divisão do trabalho em dado período. Esse processo é próprio da história do capitalismo, mas se complexificou no período mais recente (global, monopolista) com a inserção de novas estruturas de cooperação globalizadas, rompendo com circuitos e círculos locais e tradicionais de cooperação no espaço (Moraes, 2017, p. 36). Assim, redefinem-se as hierarquias entre os lugares. Os fluxos globais de mercadorias reconstróem, por meio das redes físicas, os lugares onde os equipamentos fixos (prédios, máquinas, etc.) necessários à produção serão instalados. Portanto, fixos e fluxos estão no cerne analítico dos circuitos e dos círculos de cooperação (Santos, 2004 [2002], p. 53).

Toda dinâmica dos circuitos de produção nas frações do território denota que a distribuição da etapa produtiva e seus círculos de cooperação subordinam-se às acessibilidades infraestruturais dos territórios e lugares onde as empresas se estabelecem (Barrios, 1976, p. 47; Cariola *et al.*, 1979, p. 53). Essas acessibilidades não são exclusivamente sujeitadas às particularidades naturais do espaço, mas, especialmente, às estruturas técnicas agregadas aos territórios, acompanhadas das políticas que elaboram as normas e determinam as densidades territoriais. Assim, os lugares são hierarquicamente distribuídos nos circuitos globais de produção. Cada fase do circuito espacial de produção e o seu próprio círculo de cooperação pode passar a abrigar-se em diferentes lugares do mundo, relacionando as demandas de cada fase da efetivação de produção de vestuários e têxteis para exportação (da Silva, 2012, p. 422).

Conforme Arroyo (2008), o ramo de vestuários e têxteis particularizam-se por ter diferentes etapas do circuito altamente concentradas em diferentes lugares, normalmente em regiões de especializações e com força de trabalho barata nos países periféricos. As indústrias de vestuários e de têxteis estão entre as práticas industriais mais pretéritas da humanidade, passando a utilizar recentemente processos e métodos que incorporaram tecnologias modernas, mas ainda com grande incorporação de força de trabalho no processo produtivo, sobretudo no vestuário. Consideram-se, geralmente, como as primeiras funções manufatureiras estabelecidas em um território ou país e que possuem grande absorção de mão de obra.

A presença da indústria têxtil e de vestuário nos diversos países do mundo é histórica. O que é novo é a capacidade de produção que decorre dos avanços tecnológicos aplicados à produção, e as regulamentações que beneficiam as grandes empresas nas zonas econômicas especiais. De acordo com a American Textile Manufacturers Institute, ATMI, de 2023, a indústria têxtil é uma fonte de geração de renda e de emprego para diferentes países, concentrando 7% da produção manufatureira mundial, ou seja, 8,4% do valor desses produtos manufaturados foram comercializados e oferece mais de 15% do emprego no mundo.

Hoje estes circuitos produtivos vêm passando por profundas transformações frente à globalização, que abre novos mercados. Os elementos mais significativos dessas mudanças são produzidos pelo deslocamento da produção devido aos custos operacionais; o impulso veloz das tecnologias e alterações complexas na organização dos mercados; e a exacerbação da concorrência ou da competição no mercado internacional. Nesse sentido, a análise desta recente conjuntura mundial é relevante para o aprofundamento da competitividade que se constitui, essencialmente, na aplicação de um conjunto de componentes dinâmicos aderentes a normas e regulamentações coerentes com a equação de lucro das empresas.

A globalização dos mercados foi em grande medida o resultado de um intenso processo de desverticalização da produção, que significa a descentralização e a diversificação das atividades de uma empresa, que antes realizava todos os processos internamente, inclusive terceirizando para outras empresas especializadas em cada ramo. Nesse contexto, Corrêa (1997, p. 23) afirma que a desverticalização pode ser considerada como uma das técnicas aplicadas com o processo de uso da terceirização e/ou do subemprego de serviços, objetivando a diminuição dos custos e a aceleração da produção. Com base nesse processo de descentralização, diversos espaços geográficos que não possuíam nenhuma tradição industrial, mas dispunham de uma intensa força de trabalho barata aliada a espaços estratégicos ao circuito produtivo passaram a ser explorados. É nessa perspectiva que as grandes instituições industriais têxteis e de vestuários passaram a se estabelecer, com o propósito de incrementar a competitividade.

A deslocalização industrial acirrou a competitividade abarcando diferentes espaços na Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Tailândia, Índia, Paquistão e Indonésia. A deslocalização industrial não teria sido possível sem um avanço tecnológico concomitante, tanto com novas máquinas na produção propriamente dita como no aumento dos fluxos de mercadorias e informações advindos da flexibilização das fronteiras com a globalização. A partir dos anos 1970, segundo Slobodian (2023), Hong Kong – a então colônia inglesa – torna-se uma zona econômica especial, alavancando os enclaves como lugares onde as leis nacionais são “flexibilizadas” em favor da atração de investimentos para o aumento da competitividade e fora de qualquer controle democrático. É nesta perspectiva que hoje o Haiti promove sua inserção nos circuitos produtivos globais.

Este novo arranjo nos setores têxtil e de vestuários é beneficiado pelas novas técnicas de integração no mercado internacional. A integração de corporações que operam em etapas diversificadas do sistema produtivo têxtil é o ponto fundamental da nova diretriz de concorrência. Conforme o Relatório de *Produção de Têxtil no Mundo* (2018), os países da Ásia concentram cerca de 70% da produção têxtil e de 65% da produção de vestuários. Dos quinze principais produtores de têxteis do mundo, sete estão localizados no continente asiático: China, Paquistão, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Taiwan e Tailândia. Dos quinze grandes produtores de vestuários, nove são de empresas asiáticas, sendo a China, a Índia e o Paquistão; a China é a mais importante, totalizando cerca de 47% das peças de vestuário e de 50% de toda a produção global de têxteis.

Conforme dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) de 2018, a China encabeça o ranking mundial da produção de têxteis, contabilizando cerca de US\$421 bilhões. Em seguida está a Índia, com valores superiores a US\$67 bilhões; e, em terceiro lugar, os Estados Unidos, que totalizam um valor de US\$53 bilhões. A despeito de haver uma tendência de fortalecimento da economia devido à indústria têxtil, os países industriais continuam a liderar a produção global segundo seus interesses na modernização da estrutura produtiva.

Podemos ressaltar que as grandes corporações do setor têxtil destinam grandes parcelas de suas produções para o mercado internacional, cuja consequência constitui o aspecto da rentabilidade dessas empresas. Tais produções atribuídas às exportações estão submetidas às políticas internas

dos países, mas, sobretudo, às particularidades do mercado global. A pandemia de 2020 representou um impacto decisivo na indústria têxtil, especialmente nos países asiáticos. Com as restrições e bloqueios prolongados em parte da Ásia e a rápida queda na demanda internacional, tais países enfrentaram obstáculos consideráveis. Portanto, a perda foi essencialmente acentuada em nações em que a indústria têxtil representava uma porção considerável das exportações no mercado global. A esse respeito, a Figura 1 mostra os países com maiores índices de produção têxtil no mundo em 2020.

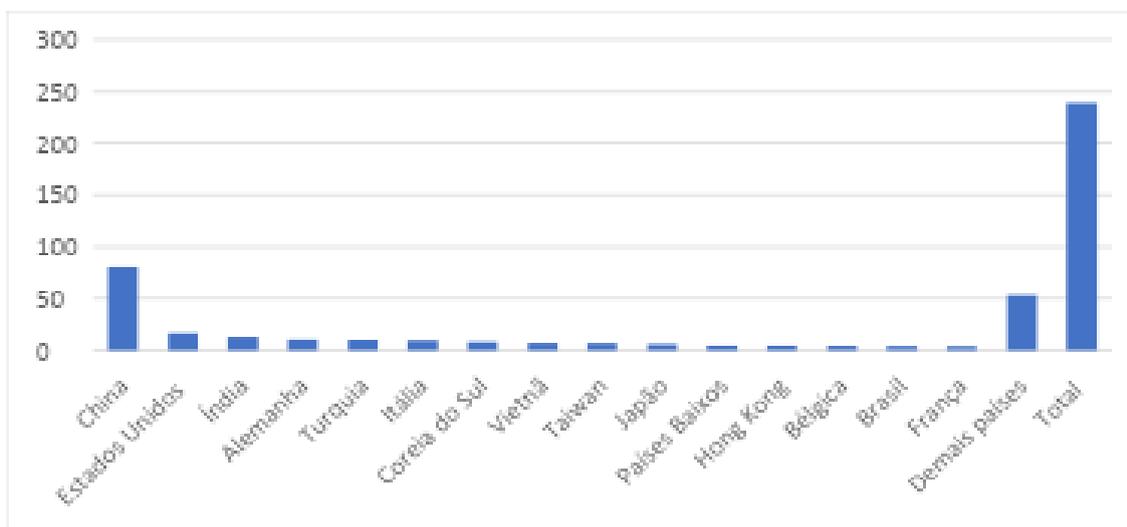


Figura 1. Gráfico dos maiores produtores de têxteis no mundo em 2020 (em bilhões de dólares)

Fonte: Elaborado com base de dados da ONUDI (2020).

Apesar da pandemia, hoje o mercado têxtil está em constante crescimento, com os principais concorrentes sendo a China, os Estados Unidos e a Índia. A China foi o principal produtor e exportador de têxtil em 2020, quando suas exportações foram de US\$80,448 bilhões. Em segundo lugar vêm os Estados Unidos, com um valor de US\$16,209 bilhões. Em seguida, figura a Índia, responsável por mais de 6% da produção global desse segmento, com exportações estimadas em US\$12,61 bilhões. Ademais, países, como Alemanha, Turquia, Itália, Coreia do Sul, Vietnã, Taiwan, Japão, Países Baixos, Hong Kong, Bélgica, Brasil, França, dentre outros, têm grande potencial de desenvolvimento no comércio internacional de produtos têxteis para exportação. Os valores respectivos de cada um deles são de: US\$ 10,227 bilhões; US\$ 9,821 bilhões; US\$ 9,309 bilhões; 7,957; US\$ 6,881 bilhões; US\$ 6,677 bilhões; US\$ 5,749 bilhões; US\$ 4,418 bilhões; US\$ 4,399 bilhões; US\$ 4,095 bilhões; US\$ 3,844 bilhões; US\$ 3,63 bilhões e os demais países corresponderam a um valor de US\$ 53,138 bilhões.

Desde a pandemia, o mercado global dos produtos de matriz têxtil e vestuários apresentou crescente ampliação no volume de produção e no comércio entre os grandes produtores e consumidores. Esse fortalecimento é atribuído ao aumento do consumo, à ampliação da renda nos países do Norte Global e ao maior uso de fibras sintéticas e artificiais que têm menores custos que o algodão e também são menos susceptíveis a obstáculos decorrentes de mudanças no ambiente construído e nas condições ambientais (Lencioni, 2012, p. 4).

As grandes corporações da produção de têxteis e vestuários estão se capilarizando em todo o mundo por meio de transformações nos circuitos espaciais de produção, que incluem mudanças nas hierarquias organizacionais, novas regulamentações, estratégias de produção em massa e pressão sobre os Estados para leis trabalhistas frágeis. Esse processo resulta em uma dispersão geográfica, onde as indústrias expandem suas operações além de suas fronteiras por meio

da subcontratação, aumentando a produtividade e acumulando lucros. Assim, os principais países produtores de têxteis intensificam a produção em regiões periféricas, explorando a força de trabalho local e promovendo a acumulação, enquanto o arranjo espacial das corporações se adapta às novas dinâmicas econômicas globais. Essa expansão e suas repercussões serão discutidas em seguida.

3. PAÍSES E REGIÕES INSERIDAS NO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO VESTUÁRIO

Os circuitos espaciais da produção são constituídos por empresas de diferentes dimensões em várias regiões e que operam em escalas diversificadas. Voltam-se para um determinado bem e/ou serviço buscando alcançar de modo arquitetado diferentes parcelas do território. A mobilidade de grandes fluxos de produtos, ordens, ideias, informação e dinheiro é uma marca fundamental de atuação. A complexidade territorial de tal processo é referida ao fato de que cada parcela do espaço global pode ser atingida diferentemente por uma ou mais etapas produtivas de um ou de diversos produtos e/ou serviços, como aqueles que se encontram em Zonas Francas, não apenas especializadas na produção, mas também envolvidas com empresas especializadas internacionalmente no desembaraço de mercadorias para importação e exportação, bem como na compreensão das normas que autorizam ou interditam certas movimentações de mercadorias e capitais. Os nexos entre divisão territorial do trabalho e divisão internacional do trabalho são fundamentais para compreender esta geografia econômica (Arroyo, 2008).

Estas divisões do trabalho são o continente da diferenciação entre as regiões e os lugares (Santos, 2006, p. 39). A produção e o impulso da vida social conferem novas funções e conteúdos aos lugares, especialmente aqueles forçados a flexibilizações normativas exigidas para realizar o modo de produção, fundado neste período neoliberal, em extrema competitividade. Quando os lugares são valorizados ou desvalorizados frente à deslocalização produtiva, uma nova hierarquia se constitui rearranjando corporações, sujeitos e instituições (Santos, 1986, p. 45). Este processo pode ser compreendido por meio de uma observação bipartida (Santos, 1986, p. 57).

Em primeiro lugar, pelo *arranjo espacial*, representado pelas formas particulares de distribuição das atividades, da força de trabalho, da infraestrutura de produção, distribuição e de consumo; em segundo lugar, a *formação espacial*, entendida como a forma pela qual os componentes da organização espacial se vinculam por meio da atividade sistematizada dos agentes econômicos e sociais, pelos *fluxos de pessoas, de informação, de bens e de dinheiro* que são atribuídos à ocorrência do arranjo espacial, e que, de fato, particularizam a estrutura social das regiões na divisão internacional do trabalho.

Em relação ao arranjo espacial por meio dos fluxos de produção que caracterizam a organização social dos locais, o processo de globalização remodelou profundamente a divisão internacional do trabalho, permitindo que os circuitos produtivos se distribuam globalmente, com as atividades fracionadas entre diversas regiões e países. No contexto da produção de vestuário, o circuito espacial produtivo se particulariza pela descentralização das etapas de produção, distribuição e consumo, onde cada fase pode ser realizada em locais que oferecem vantagens competitivas específicas. Essa dinâmica ocorre em uma rede de cooperação global, na qual os países periféricos desempenham uma função fundamental ao fornecer força de trabalho abundante e de baixo custo.

Não podemos afirmar peremptoriamente que a existência de circuitos espaciais produtivos globais se deve às zonas econômicas especiais, mas a pesquisa sobre as Zonas Francas haitianas, com suas indústrias do vestuário, que consome os tecidos provenientes de outras zonas econômicas

especiais, indicam com segurança que a topologia dos circuitos espaciais produtivos globais é favorecida e fortalecida pela existência de espaços (os enclaves) de exclusão de direitos sociais e superexploração do trabalho, com uma mão de obra quase gratuita.

Assim, a difusão de etapas do circuito espacial de produção do ramo do vestuário representa um dilema para os territórios periféricos. De um lado, possui um impulso econômico por meio de investimentos e de oportunidades de emprego, ainda que de baixa remuneração. De outro lado, a acumulação das atividades de alto desgaste social e de baixa qualificação dificulta o crescimento socioeconômico e impossibilita a transição para atividades de maior valor agregado. Outrossim, a implementação de capitais que levam ao aumento da desigualdade entre nações e regiões, não apenas produz o espaço, mas também produz as efetivas escalas espaciais que levam ao desenvolvimento desigual (Smith, 1988, p. 69; Brandão, 2012, p. 45).

Os espaços da globalização, com a internacionalização capitalista ancorada no desenvolvimento científico, tecnológico e informacional, possibilitam aumentar a escala de produção, alargando a distribuição e o consumo. Conforme Santos (2012, p. 57) diminui a arena de produção, com aumento da área de produção, ou seja, um número menor de lugares é envolvido no sistema produtivo direto, mas seu grau de especialização é elevado, fazendo com que a produtividade também o seja, ao mesmo tempo em que o sistema de circulação, tanto em sua vertente técnica - do transporte e logística - quanto em sua vertente política, da abertura de fronteiras, seja mais amplo, abarcando praticamente todo o globo.

É importante destacar que a internacionalização da economia permite analisar as regiões globais por meio das conexões heterogêneas que moldam a organização da vida social. Nesse sentido, considerar o espaço implica em uma abordagem mais abrangente, que leva em conta aspectos culturais e históricos das regiões, em vez de tratar a regionalização apenas como um artefato, uma coisa, que perpetua práticas hegemônicas. Entretanto, as estruturas técnicas e científicas aplicadas às atividades econômicas hegemônicas, foram fundamentais para que grandes corporações fragmentassem suas produções ao redor do mundo, em busca da mais-valia global, dentro do processo de espoliação das economias dos países ou regiões integradas ao circuito espacial de produção de vestuário.

Ciência e técnica foram avassaladas pelo mercado, especialmente quando indicam formas, maneiras como as corporações globais podem se aproveitar das diferenças entre as economias nacionais, para melhor organizar e compartilhar suas atividades econômicas entre as diversas unidades que compõem suas redes de produção e distribuição. Na economia internacional, observa-se uma dinâmica que combina homogeneização e diversificação da produção (Benko, 2002, p. 47) nas várias regiões que fazem parte do circuito espacial de vestuário. No entanto, é importante destacar que os métodos de externalização da produção, que fragmentam o processo produtivo entre diferentes regiões, tornam as investigações geográficas das redes corporativas ainda mais relevantes. Isso se deve ao fato de que o capital das corporações estimula a divisão técnica da produção na economia global, ressaltando a importância das regiões de produção de vestuário.

Para Chesnais (1996, p. 75) o impulso da intensa divisão técnica da produção é um aspecto central da mundialização econômica. Esse fenômeno permite que poucas empresas dominem a produção e comercialização de bens e serviços, especialmente na manufatura de vestuário e em atividades de serviços com uma perspectiva global. A análise das grandes corporações e suas práticas

revela a influência econômica da globalização, destacando a importância dos fatores técnicos e financeiros na organização contemporânea das empresas.

É importante destacar que a unidade técnica de produção estabelecida entre grandes empresas é influenciada por condições infraestruturais e normativas que varia entre os diferentes países integrados ao circuito global de produção de vestuário. Enquanto a produção é distribuída tecnicamente, há uma homogeneidade no controle, que se concentra nas corporações. No entanto, essa homogeneidade não resulta em uma unidade política de controle sobre o mercado global, já que cada corporação gerencia suas operações de forma relativamente autônoma (Santos, 2012, p. 58).

As regiões integradas ao circuito de produção de vestuário estão interligadas em tempo real, permitindo que vários lugares compartilhem o mesmo momento produtivo. Essa conexão é eficaz para aqueles que têm acesso às novas tecnologias de informação introduzidas pelas grandes empresas nas regiões periféricas, facilitando a competitividade por meio do aumento da produção, constituindo um motor único da obtenção da mais-valia global (Santos, 2004, p. 54). A competitividade das empresas globais, considerada como fruto do contínuo progresso técnico-científico-informacional, é uma forma de exercício dessa mais-valia universal, que se torna fugidia porque demanda a cada momento da história o uso de novas tecnologias da informação e comunicação (Martin, 1996, p. 67). A corrida por novos materiais, novas técnicas, novas soluções organizacionais e políticas normativas permitem às empresas o crescimento da produtividade, da competitividade e a obtenção do lucro, que estão no cerne deste processo de globalização do capital (Smith, 1988, p. 83). Cada avanço das inovações de uma corporação do mesmo setor de produção a coloca em posição de superar a anteriormente considerada líder. Contudo, esse esforço competitivo isolado possibilita uma produção, distribuição e consumo em escala global, contribuindo para fortalecer e ampliar a percepção de competitividade no mercado internacional.

Com a instalação de empresas de vestuário em áreas periféricas do sistema capitalista diversas mudanças nas relações entre esses lugares e o restante do planeta podem ocorrer. Essas transformações exigem novas abordagens geográficas para investigar o modo de produção (Martin, 1996, p. 74). Assim, é essencial considerar as especificidades de cada região e suas relações com as escalas nacional e global. Como enfatiza Santos (2004 [2002], p. 59), no atual período técnico-científico-informacional, entender um lugar requer analisar suas conexões com o mundo. Tendo como referência o Haiti e suas Zonas Francas voltadas para a produção do vestuário, destaca-se que o Haiti não possui indústria têxtil - voltada para a produção de fios, tecidos e máquinas -, por isso a etapa da produção do vestuário realizada nas Zonas Francas precisa de insumos têxteis importados, sendo assim, dependente da importação e dependente da exportação, sobretudo, para os EUA.

Em relação ao emprego oferecido na indústria de vestuário, dados recentes indicam que houve um aumento dos empregos ofertados. A Organização Internacional do Trabalho estimou que entre 60 milhões a 75 milhões de pessoas estejam empregadas nesse setor de vestuário globalmente em 2014 e para efeito de comparação, em 2000, o setor empregava 20 milhões de pessoas (Organização Internacional do Trabalho, 2015). Ainda, Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2020, aponta que o circuito têxtil e de vestuário empregavam em torno de 91 milhões de pessoas ao redor do mundo em 2019, das quais aproximadamente 50 milhões eram mulheres. No setor de confecção de roupas (vestuários), principalmente, as mulheres representam em torno de 80% da força de trabalho (Organização Internacional do Trabalho, 2019). Esse setor não apenas absorve uma grande quantidade da mão de obra feminina, mas também constitui uma parcela considerável do emprego, geralmente em países pobres. Assim, a OIT relata que a região do Pacífico e da Ásia, por exemplo, possui mais de 5% das mulheres empregadas trabalhando nesse setor em 2019, o que o torna o maior empregador feminino entre os setores industriais (Organização Internacional do Trabalho, 2020b). Este setor de vestuário, segundo os dados da OIT, possui cerca de 60% dos trabalhadores vive na

informalidade, sem direitos básicos, em situação de vulnerabilidade e de exploração do trabalho. Essa vulnerabilidade laboral no circuito de produção de vestuário é também marcada pela insegurança no emprego, devido às contratações sazonais e temporárias, e pela falta de proteção social e de direitos trabalhistas, o que coloca os trabalhadores em demissões inesperadas (Organização Internacional do Trabalho, 2016).

A despeito de criar empregos, esse circuito espacial produtivo do vestuário nos territórios periféricos aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores, especialmente das mulheres, que constituem a maioria dos empregados nesse setor. As pesquisas realizadas para a OIT (2019) apontam que em torno de 80% da força de trabalho nos países como Vietnã e Bangladesh é constituída por mulheres que, constantemente, enfrentam condições laborais informais e desprovidas de benefícios, como licença maternidade e cobertura de saúde.

A OIT destaca que o setor de produção de vestuário apresenta tanto desafios quanto oportunidades para seus trabalhadores. Primeiramente, esse setor é uma das principais fontes de emprego formal para populações carentes e mulheres, frequentemente representando a primeira experiência de trabalho remunerado em muitos países periféricos. Por outro lado, há muitos relatos sobre condições de trabalho inadequadas e violações de direitos trabalhistas. Embora essas dificuldades afetem trabalhadores e trabalhadoras, as mulheres costumam ocupar funções de baixa remuneração e baixa qualificação, enfrentando desafios adicionais devido a normas sociais e dinâmicas de poder que dificultam sua posição no ambiente de trabalho. Apesar desses problemas, o relatório da OIT aponta que o emprego na indústria de vestuário oferece benefícios, como a possibilidade de obter uma renda, especialmente em contextos onde há poucas oportunidades de trabalho formal e as redes de proteção social são fracas. No entanto, mesmo quando o trabalho é formalizado, ele ainda não garante muitos direitos e proteções aos trabalhadores, além de limitar as oportunidades de capacitação para uma parte da força de trabalho.

Observa-se que esses benefícios e contrariedade também estão vinculados à organização da indústria global de produção de vestuário. De modo geral, a evolução e a expansão das cadeias de fornecimento globais e redes de produção têm sido percebidos como fundamentos de oportunidades socioeconômicas. Sendo assim, a estrutura das cadeias de valor e as dinâmicas de poder entre as grandes corporações, essencialmente nas cadeias impulsionadas pelos compradores, como a indústria de vestuário, geram discussões sobre como elas influenciam, de maneira significativa, os padrões laborais e as condições de trabalho no circuito espacial de exportação do vestuário.

De fato, existe a geração de emprego e renda. Contudo, aquilo que Antunes (2002, p. 43) analisou de maneira geral para o sistema capitalista, vale para o entendimento do deslocamento da produção de vestuário para países não industrializados da América Latina (como no caso do Haiti), da África e do Sudoeste asiático, que faz com que estes espaços sejam inseridos em uma dialética da reprodução que mudam as relações sociais. Lencioni (1996, p. 85) destaca que esse período leva a uma nova forma de reorganização espacial das corporações de vestuários nos lugares. Sem dúvida, a geração de emprego e renda não têm sido suficientes para fazer avançar direitos sociais e processos de emancipação social. Como afirma Martin (1996, p. 49) há uma profunda interseção entre a geografia econômica e geografia humana, enfatizando como as práticas econômicas são influenciadas por fatores espaciais e sociais. A geografia não é apenas um pano de fundo para a economia, mas um elemento ativo que molda as dinâmicas de produção, consumo e distribuição. Por isso, a importância de considerar a localização, as redes de interação e as características culturais ao analisar fenômenos econômicos, o que reforça a ideia de que as especificidades regionais são fundamentais. Destarte, as abstrações estatísticas não deixam ver a geografia das cadeias produtivas, por isso, a geografização das etapas produtivas, da produção até o consumo, são um instrumento analítico da maior relevância, tornando claras as relações econômicas e de poder entre territórios nacionais e, destes, com as

grandes empresas. China, Bangladesh, Vietnã e Índia (ver figura 2) destacam-se entre os maiores produtores mundiais. A quantidade produzida não coloca o Haiti entre os dez maiores produtores, contudo, sua dependência em relação ao mercado estadunidense é imensa.

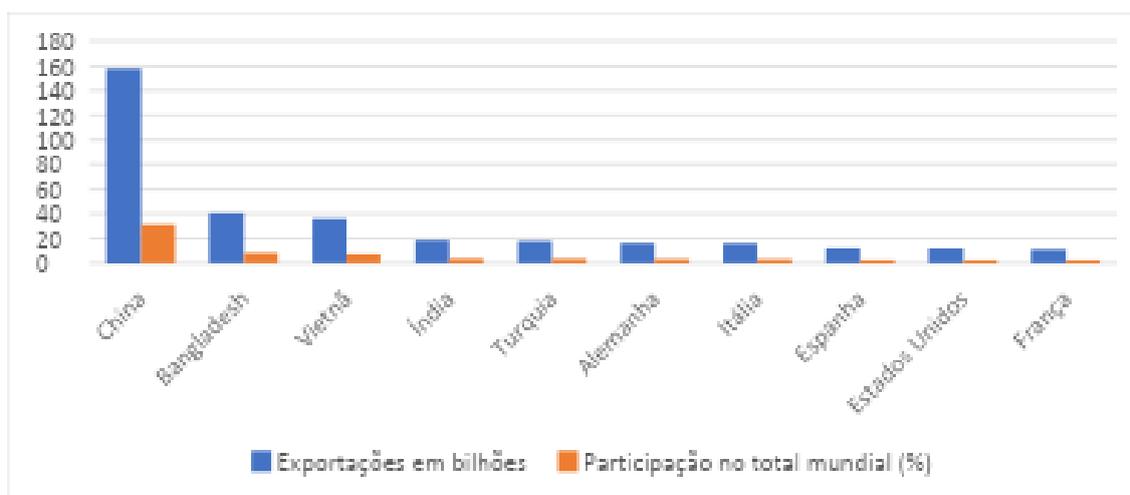


Figura 2. Gráfico dos maiores exportadores de vestuário no mundo inseridos no circuito espacial de produção por exportação – 2018

Fonte: E World Trade (2018)

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio de 2018, a China foi a maior exportadora de vestuário do mundo, totalizando um valor de US\$158 bilhões, o que representou 31,4% do total da exportação do vestuário mundial. Ela é seguida por Bangladesh, considerado o segundo maior produtor do vestuário, com as vendas no exterior atingindo US\$40,5 bilhões, e o equivalente a 8,1%. E o terceiro exportador foi o Vietnã, com um valor de US\$36,1 bilhões, o que representou 7,2% no mercado internacional. Além desses países, Índia, Turquia, Alemanha, Itália, Espanha, Estados Unidos e França possuem uma função importante na produção do vestuário para a exportação, com os valores: US\$18,3 bilhões ou 3,6%; US\$17,6 bilhões ou 3,5%; US\$15,9 bilhões ou 3,2%; US\$15,7 bilhões ou 3,1%; US\$11,9 bilhões ou 2,4%; US\$11,7 bilhões ou 2,3%; US\$10,9 bilhões e com essa perspectiva de incorporação das diversas regiões no circuito espacial de produção de vestuário para a exportação no mundo. Todos estes países produzem a partir de suas zonas econômicas especiais. Brandão (2012, p. 73) afirma que as respectivas forças de acumulação têm desempenhado pressões intensas na lógica de expansão dos mercados, exportando parte considerável de suas produções para os mercados de outras regiões do mundo. Ao mesmo tempo, vêm construindo novas corporações de complementaridade organizada não só para os mercados regionais ou locais, mas também nacionais e internacionais.

Assim, essas forças de acumulação de capital no setor vestuário desempenham uma função importante na lógica de expansão dos mercados, exportando parcela significativa de suas produções para mercados em diferentes regiões do mundo. Essa dinâmica mostra a intensificação da globalização econômica, na qual a produção e o consumo estão cada vez mais interconectados por redes transnacionais que proporcionam a circulação de mercadorias de vestuários em escalas regionais, nacionais e internacionais.

Neste contexto, o processo de transnacionalização e internacionalização das mercadorias de vestuários reforça a lógica de complementaridade entre as empresas que buscam vincular suas atividades para atender tanto os mercados regionais e locais quanto os globais. Porém, essas

reorganizações dos espaços produtivos não são anódinas; elas respondem às demandas do capital em produzir sinergias entre diversos lugares, explorando suas especificidades para maximizar a eficiência econômica. No circuito espacial de produção de vestuário, as grandes corporações passam a construir relações de complementaridade organizacional, utilizando-se de territórios periféricos como bases produtivas para atender à demanda global, enquanto reservam a comercialização e o domínio estratégico para os mercados centrais e globais. Enquanto as grandes corporações constroem complementaridades para responder às demandas globais, os mercados nacionais e regionais constantemente sofrem com a desarticulação de suas bases produtivas e a intensificação das desigualdades socioeconômicas, como no caso do Haiti. Essa discussão é destacada no item a seguir.

4. USOS DO TERRITÓRIO E A FUNÇÃO DO HAITI NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO VESTUÁRIO

As estruturas normativas da globalização objetivam uma igualização das condições de exploração dos espaços (com infraestruturas próprias para a fluidez) e do mundo do trabalho (com uma permanente desregulamentação de condições precedentes que se tornam barreiras à acumulação do capital (Santos, 2002; Harvey, 2005, p. 43), contudo, quanto mais aprofundada é essa divisão social e territorial do trabalho – usada para conectar os pontos dos longos circuitos globais produtivos –, mais os territórios se diferenciam e se tornam únicos, porque não é a totalidade dos territórios nacionais que interessa ao capital, mas os pontos ou manchas onde ocorrem os investimentos produtivos (Harvey, 2006, p. 80-81). E este é exatamente o caso do Haiti, com especial atenção para as Zonas Francas. Das etapas da produção *lato sensu*, a etapa produtiva é aquela que mais caracteriza as condições de igualização para a exploração. A unicidade técnica, ou parcela técnica da produção, aqui é patente: o uso dos tecidos obedece aos princípios de qualidade estabelecidos pelos mercados consumidores e registrado pelas marcas das empresas produtoras; as cores, os motivos e os desenhos fazem parte das campanhas publicitárias, que no caso das grandes marcas, têm alcance global; as máquinas utilizadas para costurar o vestuário, não são produzidas no Haiti e, normalmente, não são fabricadas nos países da periferia, mas importadas; os cortes das roupas, tampouco obedece a critérios locais, mas a uma padronização previamente estabelecida. Aqui o calendário mundial da moda tem primazia; as numerações exibidas nas etiquetas já possuem equivalências para os mais diversos mercados; por vezes, verdadeiras bulas acompanham as mercadorias, ensinando a como usar, lavar e acondicionar os vestuários. Nestes nódulos produtivos, nas Zonas Francas de CODEVI e CARACOL, toda a produção é voltada para exportação.

Há uma *dependência estrutural* (Arrighi, 1994, p. 76), que deixa pouca potencialidade nos países periféricos para determinar suas próprias orientações econômicas e produtivas. Essa dependência estrutural diz respeito àquilo que é fixado no território, os fixos, que costumam ter uma orientação unívoca, ou seja, são concebidos para um único fim, uma única finalidade, e, portanto, não têm flexibilidade para outras orientações produtivas e mesmo econômicas. A história é repleta de casos em que crises globais levaram à obsolescência de espaços univocamente preparados para exportação. Ou seja, o apelo ao mercado internacional como forma de geração de emprego e renda no Haiti tem evidentemente sua importância, mas ao mesmo tempo, o país não tem controle sobre a parcela técnica da produção, tampouco tem controle sobre a parcela política que envolve a produção econômica voltada principalmente para o mercado estadunidense.

O circuito espacial produtivo do vestuário se representa como uma rede de exploração e dependência, para o qual o território é utilizado de forma estratégica otimizando as operações das

empresas transnacionais, reforçando a subordinação dos países periféricos na divisão internacional do trabalho (da Silva, 2011, p. 13). Nesse contexto, a nova lógica global do capital passa a transformar o uso dos territórios periféricos de forma a atender às exigências da economia global pela instalação das grandes empresas vinculadas ao circuito espacial produtivo de vestuário. Nessa perspectiva, o território não é exclusivamente um espaço físico, mas sobretudo um lugar onde se desdobram processos assimétricos econômicos e de poder. De fato, há nexos extremamente próximos entre uma geoeconomia, fundada na compreensão dos circuitos produtivos globais, e uma geopolítica, fundada sobre estruturas de dominação social que têm como fito o exercício da exploração, daí falar-se em um uso corporativo do território (Santos e Silveira, 2001, p. 57). Este uso é fortemente seletivo e hierárquico, favorecendo os setores que respondem às demandas externas e deixando de lado demandas sociais das regiões. As zonas econômicas especiais fragmentam os territórios e são uma marca fundamental desta globalização.

A inserção do Haiti na divisão internacional do trabalho é marcada pela exploração de suas vulnerabilidades socioeconômicas. Isso se manifesta principalmente nas Zonas Francas, áreas específicas do país que oferecem isenções fiscais e flexibilização de leis trabalhistas para atrair investimentos estrangeiros. Essas regiões se tornam espaços privilegiados para a produção de bens destinados ao mercado externo. Esse modelo de inserção reforça as desigualdades no sistema global, consolidando o Haiti como um fornecedor de mão de obra barata para grandes corporações transnacionais. Além disso, essa forma de globalização intensifica a fragmentação do território haitiano, criando áreas com alta conectividade com mercados internacionais, mas desconectadas das dinâmicas econômicas locais. As Zonas Francas industriais são o exemplo mais claro dessa fragmentação, pois são projetadas para atender exclusivamente aos interesses do capital transnacional. Essas regiões ajudam a consolidar o Haiti como um elo subordinado nos circuitos espaciais produtivos voltados para exportação. Assim, as Zonas Francas representam uma forma de internacionalização do território haitiano, inserindo o país no circuito global de produção sem promover a integração com a economia nacional. Essa dinâmica é global, não exclusiva do Haiti, mas é mais intensa em economias vulneráveis que dependem de capital externo para suprir déficits fiscais (o mantra neoliberal) e criar empregos. Nesse contexto, a divisão internacional do trabalho mantém a marginalização social e econômica da população local, que se torna refém de uma estrutura produtiva baseada na superexploração da força de trabalho.

Para entender o desenvolvimento das etapas de produção de vestuário nas diversas regiões do Haiti, é fundamental considerar as concepções de circuito espacial de produção e círculos de cooperação. Essas abordagens oferecem uma perspectiva interdependente das fases espaciais do modo de produção. da Silva (2011, p. 123) define o circuito espacial produtivo como um meio da geografia econômica que permite analisar como diferentes atividades econômicas utilizam o território, ajudando a identificar os agentes hegemônicos, bem como os fluxos e fixos que produzem as especialidades de cada região e lugar.

O desempenho das corporações em relação ao uso do território resulta de uma variedade de condições, agentes e arranjos político-socioeconômicos. Assim, a globalização do capital hegemônico, conforme mencionado anteriormente, caracteriza uma nova realidade que transforma fluxos e fixos espaciais em diferentes escalas geográficas. Essa transformação dá origem a uma nova divisão territorial do trabalho nos países periféricos, sustentada por uma rede complexa de processos e relações de poder interdependentes que dominam a produção do espaço e dos territórios. Portanto, as atividades das corporações capitalistas, em todos os setores de produção, são diretamente influenciadas por essas mudanças.

Nessa perspectiva, Santos e Silveira (2001, p. 62) entendem que no período contemporâneo os territórios nacionais são "espaços nacionais da economia internacional". Uma concepção de subordinação que destaca a a força da globalização em pontos e manchas dos territórios nacionais.

Para os autores, essa dinâmica envolve um uso corporativo do território, realizado pelas grandes corporações, que é seletivo e hierárquico. Assim, a Formação Socioespacial nos países periféricos torna-se, de fato, tanto um resultado quanto uma condição para a prática do capitalismo global, implementando uma coerência internacional que se estabelece no espaço nacional. Nesse contexto, as empresas globais são os principais agentes dessa dinâmica, que não seria possível sem a função reguladora do Estado - em defesa das empresas - sobre os lugares e territórios.

Esses territórios são moldados por uma solidariedade que se estabelece internamente, mas que é condicionada pela divisão internacional do trabalho (Cataia, 2000; 2024). A presença das grandes empresas sob a égide das potências hegemônicas, especialmente dos EUA, pressiona a vida de relações locais, e é por isso que a solidariedade compulsória, orgânica — ou seja, originária da própria região e de suas variáveis constitutivas — passa a conviver subordinadamente a uma solidariedade organizacional. Esta solidariedade é possível graças às normas e ordens que circulam por dentro dos circuitos espaciais produtivos. Elas são extremamente rígidas, tanto do ponto de vista técnico – base da produção – quanto do ponto de vista político, essencial para os acordos comerciais.

Em relação ao circuito espacial de produção de vestuário para exportação, a expansão das grandes corporações globais tem promovido uma renovação nas relações de produção e na organização dos territórios. Isso impulsiona o que Santos descreve como verticalidades e solidariedades organizacionais (Santos, 2003, p. 61) em torno dos fluxos de capital, informação e mercadorias na esfera global. Essa percepção de verticalidade está relacionada à estrutura centralizada com a qual corporações e agentes econômicos dominantes realizam suas operações e redes de circulação, incorporando mercados e moldando relações de trabalho, consumo e formas normativas próprias do Direito Privado.

Quanto à lógica de inserção dos agentes econômicos nos mercados globais, a globalização econômica e a disseminação das tecnologias de comunicação fortalecem as verticalidades, ou seja, o controle e o domínio centralizado dos fluxos de capital que orientam as atividades das grandes empresas. As verticalidades evidenciam uma organização hierárquica que intensifica o domínio sobre territórios e processos econômicos, transformando as dinâmicas locais para atender às exigências globais. É a este processo de subordinação integrada que chamamos de vulnerabilidades socioterritoriais.

A maneira como as corporações multinacionais organizam seus circuitos produtivos (dos suprimentos aos produtos acabados), centralizando constantemente as decisões e o controle das atividades, é uma manifestação de vulnerabilidade. As verticalidades se revelam em uma rede de fluxos organizacionais que possibilita uma forma de solidariedade entre os agentes e empresas envolvidas, embora de maneira desigual, com os países centrais exercendo maior controle e influência. Como relata Castells (1996, p. 69), as redes de produção globalizadas baseiam-se na articulação de fluxos organizacionais e em um planejamento que visa reduzir custos e maximizar a eficiência. Isso fortalece o poder das corporações sobre o espaço social e econômico.

No contexto da evidência do fortalecimento do poder das corporações de exportação de vestuário, a “responsabilidade social corporativa” é uma palavra de ordem neoliberal para expressar a sobreposição do Direito Privado sobre o Direito Público. Neste contexto, as corporações afirmam integrar práticas de responsabilidade social em sua gestão, considerando mitigar os impactos sociais e ambientais de suas atividades. Isso inclui programas de preservação ambiental, desenvolvimento comunitário, práticas de transparência e garantia de condições dignas aos seus “colaboradores”, termo que evita falar em trabalho e direito de trabalhadores e trabalhadoras. Entretanto, esses processos de produção ditos “sustentáveis”, são fundamentados em uma lógica de hierarquização e

exploração, onde as relações verticais priorizam os interesses das corporações em detrimento dos territórios periféricos e das populações locais, que seriam os objetos da responsabilidade. A interação entre as corporações e os trabalhadores locais é sempre mediada pela racionalidade mercantil. As experiências históricas e a análise do caso Haitiano demonstram claramente que as empresas do centro do sistema que implementam programas de responsabilidade social nos países do sul, para criar uma imagem de engajamento ético e ambiental, acabam por promover o contrário do que preconizam, desta forma não beneficiando realmente as comunidades.

Estas responsabilidades fazem parte do círculo de cooperação no espaço que sempre acompanha o circuito espacial produtivo, ou seja, materialidades e imaterialidades sempre compõem a complexidade da geografia econômica. Ou seja, não é apenas a técnica produtiva - o que já não seria pouco - que transforma os espaços onde é inserida que metamorfoseia o espaço vivido, mas também as técnicas de comportamento social que é exigido daqueles que são os “colaboradores” - metáfora adocicada que o neoliberalismo usa para se referir a trabalhadores sem direitos sociais e superexplorados - das empresas terceirizadas pelas grandes companhias globais.

Não é por outra razão que Ianni (1996, p. 57) afirma que a corporação global é vinculada a uma metamorfose qualitativa e quantitativa do capitalismo, para além de todas as fronteiras territoriais, integrando todos os outros modos de organização técnica e social do trabalho, da produção e/ou da reprodução expandida do capital.

De fato, a economia nacional de países como o Haiti se torna uma província da economia internacional. Mais que internacional - que designa os nexos entre as nações -, tal estrutura de produção capitalista passa a entrar em um período efetivamente global, ou seja, de imposição às economias nacionais dos princípios globais de funcionamento do capital, e não pela força das armas - que continua a existir - mas, sobretudo, pela força das normas, da regulamentação das atividades. Especialmente, e isto é próprio da globalização, os circuitos espaciais produtivos, que chegam à escala global, segundo Garcia e Rofman (2020, p. 17), mais que abranger, que cobrir, que se espalhar, funcionam segundo uma lógica que impõe a racionalidade do circuito, cujas etapas da produção ao consumo estão espalhadas pelo globo, à racionalidade local. Ou seja, cada lugar funciona segundo os princípios do circuito e não o contrário. Por isso, além das etapas da produção, distribuição, circulação e consumo, cada grande empresa ou conjunto de empresas, precisa de um comando centralizado, sem o qual nenhum circuito funcionaria, e não haveria como articular o consumo realizado em lugares distantes dos centros produtivos.

Do ponto de vista técnico e econômico, há a imposição da divisão internacional do trabalho sobre a divisão territorial do trabalho, contudo, do ponto de vista político, não se trata apenas de pressões e imposições do centro sobre a periferia, porque os Estados nacionais - e este é o caso do Haiti - aceitam conceder os seus espaços para a fabricação lucrativa de produtos industriais. O processo de construção dos parques industriais de produção de vestuário - as Zonas Francas - para a exportação no território haitiano remete à reflexão de Ianni (1996, p. 67), para quem há três particularidades fundamentais. A primeira é a ocorrência de um acúmulo inesgotável de mão de obra que se tornou acessível nos países periféricos (para facilitar o enriquecimento das grandes corporações pelo processo de acumulação por espoliação). A segunda está relacionada à divisão e à subdivisão do processo produtivo, evoluída ao ponto de a supremacia dessas operações segmentadas poder ser efetivada com um pequeno grupo de profissionais qualificados em tempo reduzido. Por fim, a evolução de técnicas de comunicação e de transporte, que pode gerar oportunidades em qualquer região do planeta, criando também uma situação que não pode ser persuadida por fatores organizacionais, técnicos e de custos, além de oferecer fontes de matérias-primas para as empresas.

De acordo com Wallerstein (2005), em sua teoria sobre o sistema-mundo, o mundo é formado por um sistema no qual há países centrais, países semiperiféricos e países periféricos. Eles são parte de uma estrutura econômica global interconectada. Países centrais são aqueles que possuem economias altamente desenvolvidas, com forte industrialização, inovação tecnológica e controle sobre as principais cadeias produtivas - que em nossa perspectiva geográfica assumem a feição dos circuitos espaciais produtivos. Os países centrais são caracterizados por um alto nível de capital, infraestrutura avançada e uma posição dominante no comércio internacional. Esses países, como Estados Unidos, alguns países da Europa Ocidental (como França e Alemanha) e Japão, são responsáveis por definir as regras do sistema econômico global e se beneficiam de relações comerciais desiguais. Já os países periféricos, por outro lado, são aqueles que estão em uma posição econômica subordinada. Este termo, subordinação, é central para compreender a periferia. Estes países tendem a ser menos desenvolvidos, com economias baseadas na exportação de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, que é o caso explícito do Haiti, com suas Zonas Francas. Esses países enfrentam desafios como pobreza, instabilidade política e dependência econômica dos países centrais. Exemplos incluem muitos países da África, América Latina e partes da Ásia. Os países semiperiféricos, que ficam entre os centrais e periféricos, apresentam características de ambos os grupos.

Essa classificação ajuda metodologicamente a entender as dinâmicas do poder, da exploração e interação econômica no sistema global, que gera uma intensa desigualdade.

Conforme Harvey (2012, p. 84), a imensa desigualdade das trocas internacionais leva à superacumulação e ao processo de espoliação nos países periféricos, fazendo com que grandes corporações capitalistas busquem, a cada momento, novos mercados além de suas fronteiras. A espoliação refere-se a um processo pelo qual recursos, bens e direitos são retirados de comunidades ou indivíduos, frequentemente em contextos de desigualdade econômica e social. O termo descreve como as práticas capitalistas e as dinâmicas de mercado podem levar à expropriação de recursos naturais, à privatização de bens comuns e à marginalização de populações, especialmente em países periféricos. A espoliação não é apenas uma questão de roubo físico de recursos, mas envolve processos mais sutis de desapropriação e despossessão, onde as comunidades são sistematicamente excluídas dos benefícios de seus próprios recursos. Isso pode ocorrer através de políticas econômicas, práticas corporativas ou intervenções estatais que favorecem grandes interesses econômicos em detrimento das populações locais. A espoliação é um mecanismo que perpetua desigualdades e favorece a acumulação de capital por parte de elites, enquanto empurra comunidades vulneráveis para a marginalização e a pobreza. Ou seja, aprofunda os processos de vulnerabilidade socioterritorial.

A dinâmica de expansão das cinco Zonas Francas no território haitiano tem representado grandes somas de investimentos em infraestrutura. Apesar de ter contribuído em algum nível para a geração de emprego de algumas regiões do país, a instalação das Zonas Francas ocorreu pelo interesse de se explorarem os vários recursos disponíveis no território haitiano, especialmente a mão de obra barata. A atuação descompromissada e privativa dos agentes produtivos do setor, isto é, que possuem agendas próprias de administração e que não necessariamente coincidem com as demandas locais, tem representado diversas implicações territoriais que reverberam na dinâmica socioeconômica das cidades, aumentando a vulnerabilidade das populações mais carentes. Destas Zonas Francas destacam-se os tipos de produção voltados para exportação e seu grande mercado consumidor, como podemos observar nos gráficos abaixo.

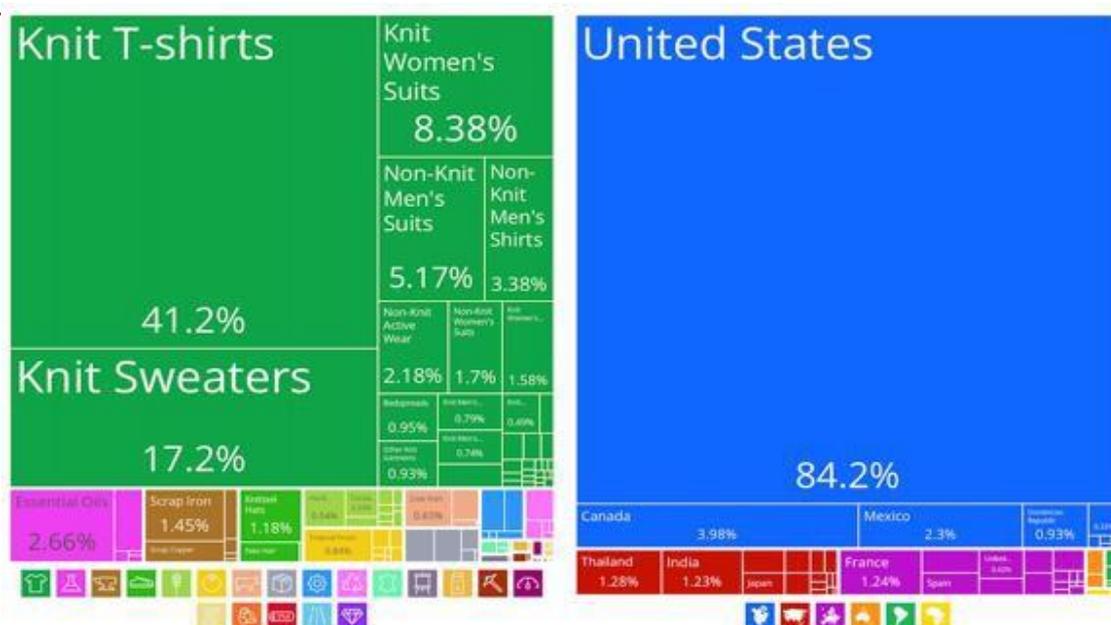


Figura 3. Gráfico de exportações de vestuários haitianos para o mercado consumidor estadunidense - 2022.

Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC) (2022))

O mercado consumidor estadunidense corresponde a mais de 84% das exportações haitianas, o que podemos afirmar, torna-se uma forma de monopólio, e os produtos do vestuário são a grande massa produtiva do Haiti voltada para exportação, como vimos afirmando. Especialmente, destaca-se o uso da força de trabalho superexplorada. A constatação de uso de força de trabalho barata e precária (Standing, 2011, p. 37; Slee, 2017, p. 43; Antunes, 2018) em países pobres não é nada nova, contudo, no Haiti é evidente a presença do Estado na viabilização de uma formação socioespacial predatória. A força analítica de nossa proposta, reside na explicitação das tramas político-econômicas que envolvem grandes empresas transnacionais (da produção do vestuário), acordos bilaterais sob a égide dos EUA (caso do HOPE e CBTPA), viabilização do território (com a Zona Franca e a logística para os fluxos) e o Estado haitiano.

Conforme o International Trade Administration dos EUA, as importações de certos produtos de vestuário manufaturados no Haiti são elegíveis para tratamento isento de tarifas sob a Lei de Parceria Comercial da Bacia do Caribe (CBTPA). Benefícios adicionais sob a CBTPA foram criados através da Lei de Oportunidade Hemisférica do Haiti por meio do Incentivo à Parceria de 2006 (HOPE), da Lei de Conservação de Alimentos e Energia de 2008 (HOPE II) e do Programa de Elevação Econômica do Haiti de 2010 (HELP). Atualmente, os programas da CBTPA expirarão em 30 de setembro de 2030. As preferências sob HOPE/HOPE II/HELP expirarão em 2025. A CBTPA e a HOPE estabeleceram tratamento isento de tarifas ilimitadas para vários produtos de vestuário, com certas restrições quanto à origem dos fios e tecidos utilizados, além de tratamento isento de tarifas para certos produtos de vestuário até certos níveis anuais de cota, conhecidos como níveis de preferência comercial (TPLs). A HOPE II e o HELP expandem esses programas de preferência existentes, permitindo que artigos têxteis e de vestuário adicionais se qualifiquem para tratamento isento de tarifas, além de aumentar alguns dos níveis de cota do TPL.

Estes acordos comerciais estão envolvidos em uma especificidade no Haiti, referida às ajudas humanitárias, especialmente em razão de catástrofes que atingiram a ilha, como furacões e terremotos. Paradoxalmente, as ajudas que deveriam servir para a melhoria das condições de vida,

pelo contrário, trouxeram empresas interessadas em usar as vantagens concedidas nas Zonas Francas, explorando a força de trabalho, e ao mesmo tempo tendo o grande mercado consumidor norte-americano como destino das mercadorias (Centre de Facilitation des Investissements, 2015, p. 13). As normas que constituíram o princípio da ajuda humanitária ao Haiti são aproveitadas para a predação.

Em relação à instalação de grandes empresas transnacionais inseridas no circuito espacial de fluxo de produção de vestuário no território haitiano, recorremos a Sassen (2016, p. 68) para uma interpretação teórica sobre as formações sociais predatórias. Ela afirma que no capitalismo contemporâneo, houve uma articulação de conhecimentos sistêmicos e de corporações predatórias em que o mercado financeiro é colocado como um facilitador imprescindível, que influencia no controle de uma acumulação excessiva. Entretanto, esse arranjo ocorre de forma predatória, numa combinação mutável de transformações das técnicas, do mercado e das finanças, além da aprovação do Estado. Assim, constituem uma condição efetivamente global, embora comumente realizadas conforme as especificidades dos países, dos governos e suas economias políticas. Neste sentido, quanto maior a predação, maiores são as vulnerabilidades socioterritoriais.

A implantação das fábricas de vestuário no território haitiano destacou-se por sua capacidade no mercado com mão de obra barata e pelas políticas do Estado que podem atrair os capitais externos com incentivos fiscais e as corporações transnacionais inseridas no circuito espacial de produção de vestuário, principalmente o parque industrial de CODEVI (2002) e do CARACOL (PIC) depois do terremoto de 2010. As agências bilaterais e internacionais de desenvolvimento e de formação econômica têm atuado de forma incisiva depois do evento geográfico que fragilizou o país. Acerca delas, há a ideia de que a construção do parque industrial e da zona franca especializados na produção de vestuário para exportação pode contribuir na ajuda humanitária, como importantes mecanismos para orientar o país a uma alternativa para o desenvolvimento através de uma melhor governança econômica do território. Assim, pensa-se que as estratégias de crescimento podem melhorar as conjunturas de vulnerabilidade socioespacial, promovendo contribuições para melhorar as condições de vida das populações mais carentes por meio da geração de empregos no país.

Sob o rótulo, sob a roupagem de ajuda humanitária internacional (para melhorar a condição de vida e a geração de empregos), o governo haitiano contribui para o aprofundamento das vulnerabilidades socioterritoriais ao possibilitar, ao criar as condições normativas, políticas e econômicas para a expansão de diversas corporações transnacionais, que usam o território como um recurso. A perspectiva de integração do país no tecido econômico de abrigo às Zonas Francas é uma das formas de se inserir no funcionamento da globalização capitalista, na atração de investidores de capital estrangeiro e mercados de exportação, principalmente na condição de zonas econômicas especiais de exportação de vestuário. O Mapa 1 (figura 4) apresenta as principais zonas de processamento de vestuários no território haitiano que integram o circuito espacial de produção para exportação.

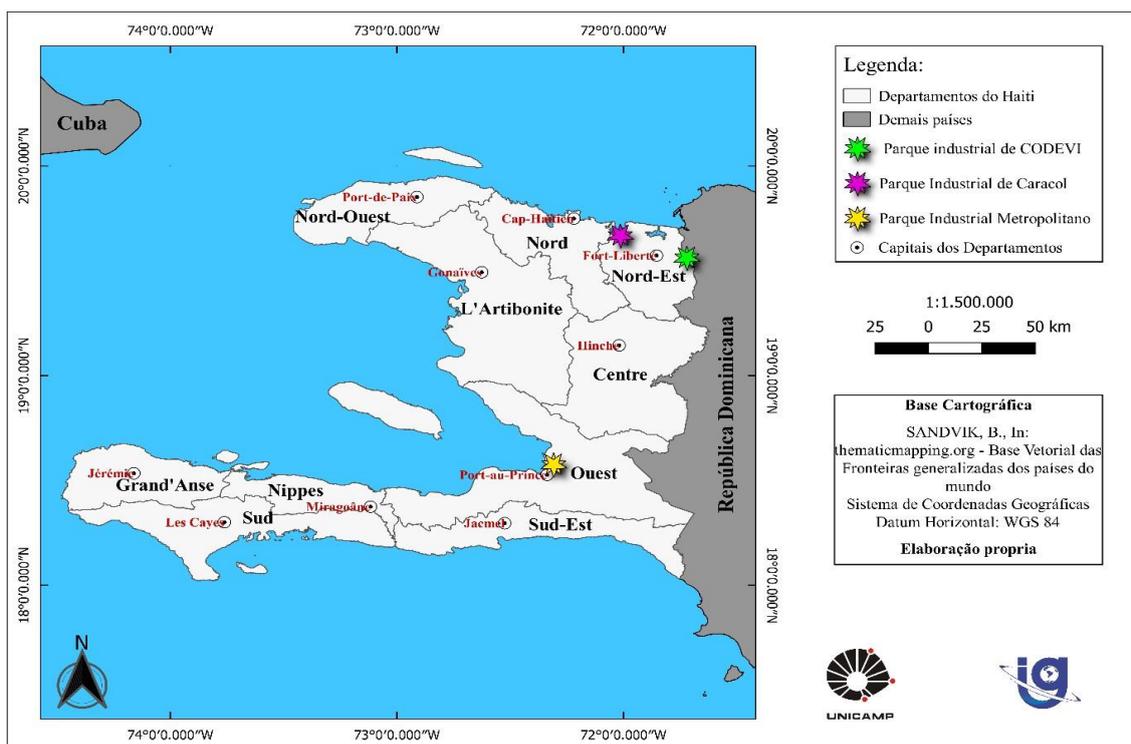


Figura 4. Mapa dos principais parques industriais ligados ao processamento de vestuários no território haitiano – 2023.

Fonte: SANDVIK: Thematicmapping.org – Base Vetorial das Fronteiras generalizadas dos países do mundo (2023).
Elaboração: Guerby Sainte (2023).

Sobre a inserção no Haiti no mundo da globalização, Steckley e Shamsie (2015, p. 183) apontam uma questão da maior relevância para os mundos urbano e rural do país. A instalação das Zonas Francas para abrigar os parques industriais, foram impulsionadas pelo governo norte-americano ao “conceder” ao país a categoria de exportador privilegiado (com isenção de taxas). Este fato gerou empregos de baixa remuneração no meio urbano, mas ao mesmo tempo não atingiu a vida das pessoas mais vulneráveis, aquelas que se encontram e trabalham em regiões rurais; efetivamente, contribuiu para intensificar a desigualdade socioespacial entre as regiões urbanas e rurais do país.

Em relação às desigualdades socioterritoriais e ao crescimento da pobreza que abalam o território nacional, o Haiti se tornou um dos países mais pobres da América e ocupa a posição 170 de 182 países no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), destacando-se como um dos mais baixos do planeta. Assim, os dados de Institut Haïtien de Statistique et de l’Informatique (IHSI) escrito em 2014 e publicado em 2015, estimou que, cerca de 59% dos haitianos vivem abaixo da linha de pobreza com menos de US\$2,44 por dia e 24% sobrevivendo em situações de extrema pobreza, com menos de US\$1,24 por dia no território nacional. Além disso, a pobreza é considerada mais intensa nas regiões rurais. Na realidade, 80% dos pobres viviam em zonas rurais, dos quais 38% em extrema pobreza, em comparação com 12% nas áreas urbanas e 5% na área metropolitana que estão em condição de vulnerabilidade social possibilitando o governo a estabelecer o programa de construção de parques industriais de produção de vestuário no país. Ademais, esses indicadores mostram que o modelo de construção de Zona Franca para exportação de vestuário não é apropriado para baixar as taxas de pobreza de longo prazo.

Destarte, o circuito espacial de produção do setor vestuário no contexto de vulnerabilidade territorial está vinculado ao processo de expansão de Zonas Francas que fragmentam o país. Nesse sentido, a categoria de zona de processamento por exportação de vestuário estabelecida pelas grandes empresas multinacionais subordina-se ao comércio como motor do desenvolvimento econômico do território haitiano. Isso é controverso por um conjunto de motivos, especialmente pelo protecionismo incessante dos países ocidentais industrializados e pelas novas transformações nos processos internacionais de investimento e do comércio no território nacional.

Observamos que depois do terremoto de 2010 que abalou o território nacional haitiano, sua economia e seus circuitos de produção para exportação passaram por uma grande escassez comercial. Assim, o circuito de exportações de bens e de serviços alcançou cerca de 12% do PIB em 2010 e as importações ultrapassaram para quase 57% PIB, parcialmente devido à reconstrução do país. Logo após o terremoto, a economia nacional atingiu um déficit comercial de 45,2% do PIB. Embora as exportações possam proporcionar o crescimento do PIB e atrair investimentos de capitais estrangeiros, essas vantagens são, em muitos casos, concentradas em determinados setores de produção, gerando desigualdade e exclusão social. Ao mesmo tempo, exaure recursos nacionais para importar insumos necessários à produção voltada para exportação.

A economia do Haiti é fortemente dependente de importações. Nas últimas décadas, as importações de bens e serviços representaram em média mais de 40% do PIB. Elas são financiadas principalmente por transferências oficiais e privadas e, em menor escala, por exportações, segundo Relatório de *Cadre Integre de Etude Diagnostique sur L'Intégration du Commerce* (CIEDIC) de 2013.

No contexto atual, a economia haitiana é dependente do processamento de exportação para gerar receitas e criar empregos. Porém, em uma zona de processamento de exportações, as corporações (tanto locais e regionais quanto estrangeiros) produzem especialmente mercadorias para a exportação e usufruem de direitos alfandegários, redução de impostos e, em certas situações, isenções de obrigações trabalhistas (Shamsie, 2011, p. 36). Nessa perspectiva, a indústria de vestuário haitiana é reduzida; influenciada por têxteis e vestuário, corresponde a 90% das exportações. Como produzem empregos e lucros rapidamente, demandam pouco investimento produtivo dos Estados anfitriões (Collier, 2009). Assim, essas zonas econômicas especiais integradas ao mercado internacional atraem a atenção do governo haitiano devido às taxas de desemprego especialmente altas no território nacional. Percebe-se que o comércio internacional de exportação preserva e constrói a economia haitiana em resposta aos setores ou ramos de vestuário no mercado global, de modo a penetrar nos territórios onde serão integrados nos circuitos de produção através das regiões e dos lugares do mundo.

O Haiti é um país muito vulnerável aos choques econômicos externos. A produção para exportação se concentra tanto em tipos de produtos quanto em destinos específicos. Atualmente, os Estados Unidos são o maior parceiro comercial do Haiti, representando cerca de 85,4% do total das exportações do país. Isso significa que as receitas de exportação do Haiti estão fortemente ligadas à economia norte-americana e à demanda por produtos têxteis e de vestuário. Essa estrutura de exportação avulta a relação entre dependência econômica e a persistência das desigualdades socioespaciais. Os países periféricos, ao se especializarem na exportação de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, organizam suas economias de acordo com as demandas dos países centrais. Isso os coloca em uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, tal como já havia sido enfatizado por Furtado (1974, p. 34).

Cabe ressaltar que esse processo de subalternização dos países periféricos faz com que haja um aumento das desigualdades entre os diversos países, mesmo entre os pobres. As trocas, como

a literatura já o demonstrou, são em benefício dos países ricos em detrimento dos pobres. Se antes da ascensão da globalização neoliberal podia-se falar em forças industriais motrizes capazes de difundir nos territórios benefícios (as chamadas externalidades positivas), com as Zonas Francas, que fragmentam os territórios, não há difusão possível, porque elas são enclaves voltados para o exterior.

A dinâmica de incorporação subordinada, a dependência de capitais externos e a exploração da força de trabalho local fortalecem as desigualdades socioespaciais e reproduzem a pobreza estrutural no país, o que o torna mais vulnerável às crises globais. As exigências de modernização das infraestruturas para a fluidez territorial, já que é preciso colocar as mercadorias produzidas nos portos e aeroportos, tem levado o Estado haitiano a deixar de investir em setores sociais como educação e saúde. Apesar de não ser objeto de nossa pesquisa, é importante salientar que existem movimentos feministas no Haiti que lutam contra a instalação de Zonas Francas agrícolas, pois elas levam à maior vulnerabilidade alimentar local, já que a cultura local é substituída por produtos voltados para exportação.

No início da década de 1980, mais de 100.000 haitianos trabalhavam na produção do vestuário (Cadre Intégré de Etude Diagnostique sur l'Intégration du Commerce, 2013, p. 12), em 1989 esse número chegava a cerca de 60.000 pessoas, que produziam, principalmente, bermudas e calças, corpetes, camisas e camisetas, sutiãs, trajes de esportes, pijamas e outras categorias de vestuário. Além disso, a crise de instabilidade política, dificuldades de infraestrutura e sanções econômicas e políticas tiveram como consequência o colapso da indústria de produção de vestuário, que, em 1994, empregava entre 15.000 a 20.000 trabalhadores (Centre de Facilitation des Investissements, 2015, p. 07). E essa quantidade diminuiu para menos de 5.000 após a turbulência sociopolítica e com o embargo imposto pelas Nações Unidas no biênio de 1993-1994. A partir de então, esse setor de vestuário foi reconstruído, gerando 9.000 empregos em 2006 e empregando 30.000 pessoas no final de 2012 – o equivalente a mais de 25% das atividades formais nos setores privados da indústria transnacional. Em 2022, apresentava aproximadamente 100.000 empregos (Cadre Intégré de Etude Diagnostique sur l'Intégration du Commerce, 2013, p. 16). De fato, houve crescimento, mas os números são iguais aos do início da década de 1980.

Outrossim, o Haiti está envolto em um processo intenso de violência. Farmer (2003, p. 36) e Galtung (1969, p. 170), afirmam que o trabalho em um país como o Haiti está envolvido por uma violência estrutural. O arranjo entre pobreza e violência, especialmente atingindo as mulheres, envolve desde a exploração econômica até a exclusão de direitos sociais e a discriminação, limitando sua participação mais plena na vida social, mesmo em mercados que foram construídos sob baixos salários, o que leva a sofrimentos e reconhecimento da falta de dignidade. Refere-se a formas de violência que são integradas nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Diferente da violência direta, que envolve atos físicos e agressões (que se espalhou como uma epidemia na sociedade haitiana), a violência estrutural é mais sutil e se manifesta através de desigualdades, injustiças e opressões que afetam a vida cotidiana das pessoas de forma invisível. Ela é perpetuada por sistemas que criam condições que negam às pessoas seus direitos básicos e dignidade, longe da justiça social, inclusive com a pressão das grandes empresas contra a sindicalização dos trabalhadores. Todos estes elementos podem ser reconhecidos, especialmente nas jornadas de trabalho excessivas, que encarceram os trabalhadores na pobreza, limitando suas oportunidades de melhoria de vida e de mobilidade social.

Essa violência estrutural reforça as desigualdades e a marginalização dos trabalhadores no setor de vestuário no Haiti, onde a semana de trabalho é de seis dias, com uma jornada de 8 horas diárias, e o salário mínimo é de 200 gourdes (moeda nacional), que equivale a R\$9,24. De acordo com relatório do Etude Diagnostique sur l'Intégration du Commerce (2013, p. 14), o salário-mínimo teve o mais

recente aumento devido às mobilizações sociais dos trabalhadores em 2008, entrando em vigor em 1º de outubro de 2012. Porém, esse aumento passou a ser aplicado exclusivamente para o setor de produção do vestuário que confecciona roupas para a exportação. Esse salário diário cresceu de 70 gourdes haitianos (ou US\$1,75) para 125 gourdes (US\$3) em 1º de outubro de 2009, e foi aumentado para 150 gourdes (US\$3,60) em 2010, passando para 200 gourdes (US\$5,00) em outubro de 2012. De lá para cá, o aumento foi insignificante, pois hoje o salário-mínimo no Haiti é de 540 gourdes, o que corresponde a R\$24,97, ou US\$4,13.

Conforme a ordem estabelecida pelo Conselho Superior dos Salários, em 14 de junho de 2013, todos os trabalhadores de instituições públicas ou privadas possuem direito a um salário justo e o Estado deveria assegurar uma equidade social e econômica para todos os trabalhadores. Além disso, o Estado tem o direito de fixar um salário-mínimo para os setores de produção envolvidos na economia haitiana. Os Artigos 1º e 5º da Constituição do Haiti aprovados em 1º de maio de 2014, fixaram o salário-mínimo entre 225 e 300 gourdes por 8 horas diárias de trabalho. Na indústria de montagem relacionada à exportação, o salário-mínimo era de 225 gourdes (Sainte, 2017, p.121). A análise da função dos investidores transnacionais no Parque Industrial Metropolitano possibilita identificar o crescimento da precarização nas relações do trabalho nesse circuito espacial produtivo do vestuário para exportação com ampliação da contratação dos haitianos, mostrando novas particularidades das conexões entre os atores dos circuitos da economia urbana.

No dia de 20 de fevereiro de 2022, como mencionado ao *Jornal Haiti Livre*, o Conselho de Ministros reuniu-se e determinou o decreto presidencial que fixou o aumento do salário-mínimo para o setor de atividades manufatureiras com base nas propostas feitas pelo Conselho Superior dos Salários (CSS). Esse órgão apontou que o segmento das indústrias de montagem e indústrias manufatureiras voltadas para a exportação tivesse um aumento de 37%, passando para um valor de 685 gourdes (em 2019 era de 500 gourdes) por 8 horas diárias de trabalho

No contexto das taxas de desemprego no setor do vestuário no território nacional, esse setor sofreu uma perda de aproximadamente 10.000 empregos em seis meses, entre setembro de 2022 e março de 2023, devido à insegurança generalizada, às frequentes faltas de combustível e à retração de mercados internacionais. Apesar dos desafios enfrentados, esse circuito de vestuário mantém uma visão de buscar alternativas além das dificuldades enfrentadas. No entanto, a escassez de combustível e o aumento da insegurança (pela violência das gangues), intensificados no período pós-pandemia de Covid-19, tiveram consequências severas sobre o setor. Em setembro de 2022, o circuito de produção de vestuário empregava 53.387 pessoas, número que caiu para 43.695 em março e, posteriormente, para 36.858 em dezembro de 2023, segundo a Associação das Indústrias do Haiti (2024). Assim, no ano de 2023, a indústria de produção de vestuário contou com uma perda de 6.069 empregos. Atualmente, há mais de 25 oficinas, grande parte localizada no Parque Industrial Metropolitano (PIM). O grupo Sul-coreano Sae-A acaba de iniciar suas atividades no Parque Industrial de CARACOL, no nordeste do país.

No entanto, a velocidade de recuperação do setor vestuário depois do grande terremoto de janeiro de 2010 foi significativa. Somente 15 meses depois do desastre que fragilizou a economia do país, a produção para as exportações de vestuários estava cerca de 36% acima das dimensões precedentes. O crescimento tem que ver com a ajuda internacional, nomeadamente estadunidense, no sentido de comprar mais produtos haitianos. Na última década, esse setor vivenciou um crescimento médio de 9% a 10% ao ano. O gráfico (figura 5), a seguir, mostra o volume de exportação de vestuário do Haiti no período de 2000 a 2019.

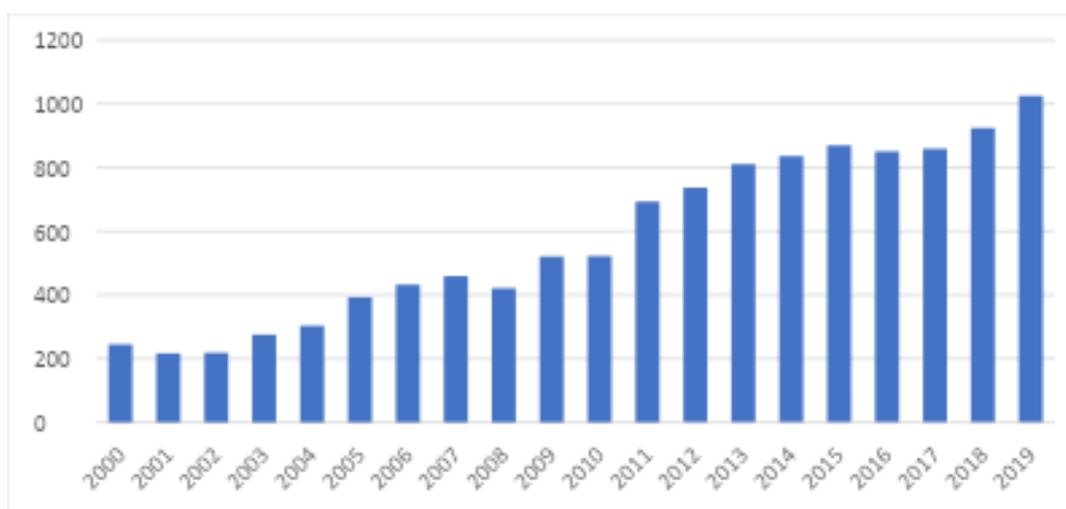


Figura 5. Haiti: exportação de vestuário do Haiti durante o período de 2000 -2019.

Fonte: Dados adaptados do relatório da Perspective Monde (2000- 2015) e Centre de Facilitation des Investissements, 2016 - 2020. Elaboração: Guerby Sainte (2023)

Dos produtos de vestuário, mais de 85% correspondem a camisetas de malha de algodão, roupas sem mangas, jeans e outros produtos de baixo custo e valor agregado. Os tecidos são cortados e montados no território nacional para serem exportados aos Estados Unidos. Os outros 15% das exportações do setor de vestuários correspondem a calças, camisas e outros produtos como uniformes, casacos, confeccionados com algodão e materiais sintéticos, conforme dados da Perspective Monde (2000-2015) e do Centre de Facilitation des Investissements (2016-2020) referentes ao setor das indústrias de produção de vestuário haitiano para exportação.

Para uma melhor compreensão, realizamos uma periodização em sete momentos relevantes da produção.

Observa-se que o primeiro momento diz respeito aos anos de 2000 e 2001. Destacamos que em 2000 houve um aumento na exportação de vestuário para o mercado internacional e tal setor de produção alcançou o valor de US\$244, 67 milhões. Porém, devido à crise política da eleição presidencial, tal setor de exportação de vestuário passou a ser afetado sistematicamente e reduzido a um valor de US\$216,67 milhões em 2001.

O segundo momento corresponde aos anos de 2002 a 2007, quando o território nacional passou por uma série de turbulências sociopolíticas devido à chegada ao poder do presidente Aristide – posteriormente exilado, em 29 de fevereiro de 2004, na África do Sul. A crise política deste período foi mais interna, já que as exportações cresceram. Nessa etapa, o volume de produção para a exportação teve um aumento significativo: em 2002, a exportação do vestuário era de US\$218,48 milhões, passando para US\$275,28 milhões em 2003. No ano seguinte, o setor de produção não parou de crescer, principalmente devido à estabilidade sociopolítica nessa época, já que a partir de 2004 a MINUSTAH chegou no Haiti. Com forte presença da comunidade internacional no território nacional, principalmente a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti), as exportações passaram de um valor de US\$303,17 em 2004 para US\$393,16 milhões em 2005. Além de ter um aumento essencial no ano anterior, segundo os dados mencionados pela *Perspective Monde de 2015*, a incorporação da lei HOPE em 2006 e suas ratificações auxiliaram a indústria de produção de vestuário haitiana a vivenciar momentos de restabelecimento dos investimentos (Centre de Facilitation des Investissements, 2015, p. 10). Assim, a produção do vestuário continuou a crescer fortemente durante os anos de 2006 e 2007, com um valor de US\$432,28 milhões e US\$459,22 milhões, respectivamente.

Já no terceiro momento, refere-se ao ano de 2008, quando a produção foi menor que a do ano de 2007, devido à crise mundial. A instabilidade internacional reproduziu um grande colapso no comércio internacional haitiano. Assim, essa situação provocou uma repercussão sobre a exportação de produtos de vestuário, que sofreu uma queda abrupta no seu valor de exportação, que estava em US\$421,35 milhões.

É relevante destacar que, no quarto momento (2009-2015), o fluxo de produção de vestuário haitiano experimentou crescimento significativo. Assim, a exportação desse setor teve um melhor desempenho em 2009, com o valor de US\$520,96 milhões em termos reais. Ainda que o terremoto de 2010 tenha aniquilado esse impulso de crescimento, a Lei HELP estendeu a possibilidade de isenção de tarifas ao mercado dos Estados Unidos para as novas categorias de produção de vestuário. Posteriormente, os fabricantes de confecções de roupas retomaram as atividades em fábricas que não foram danificadas no território nacional. Mesmo assim, a evolução das exportações de vestuário aumentou levemente, a um valor de US\$522,29 milhões, devido ao terremoto de 2010, que fragilizou o país e provocou grande prejuízo para a economia, com efeito negativo no PIB nacional, mas sem grande impacto na exportação de vestuário.

De 2011 a 2015, quinto momento, a produção de vestuários do Parque Industrial Metropolitano e de CODEVI aumentaram em razão da modernização das empresas no interior destes centros. A exportação passou a ser ampliada gradativamente: movimentou US\$ 693,08 milhões; US\$ 737,95 milhões; US\$ 810,56 milhões; US\$ 835,67 milhões; US\$ 869,91 milhões, respectivamente, e reforçou a função da exportação no comércio internacional no setor de produção de vestuários diferenciados como circuito de exportações dos produtos de maior importância.

Depois de seis anos subseqüentes de aumento de exportação de vestuário haitiano no mercado internacional, no sexto momento (2016-2017) houve uma desaceleração. Esse período foi determinado por diversas turbulências socioeconômicas e lutas sociais, tais como greves dos trabalhadores por aumento dos salários na produção de roupas nos parques industriais e manifestações de rua por melhores condições sociais. Nesse período, observamos que houve uma leve queda na exportação de vestuário haitiano para o mercado externo em relação ao ano precedente, passando a um valor de US\$850 milhões em 2016.

No sétimo momento (2017-2019), a exportação passou a aumentar, com uma forte participação na composição industrial de produtos manufaturados. Tal fato contribuiu para que a atividade econômica do país fosse fortalecida pela estabilidade sociopolítica. Constata-se que, no ano de 2017, houve um leve aumento na exportação: de US\$860 milhões, aumentou de maneira significativa durante os anos de 2018 e 2019, com US\$925 milhões e de US\$1.025 milhões, respectivamente.

Nem seria o caso de afirmar, mas é preciso registrar que estes aumentos nos valores das exportações não têm correspondência com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do setor do vestuário, tampouco tem repercussões positivas sobre a totalidade da economia do país. Apesar das repercussões das exportações no PIB do Haiti, que no ano de 2023 foi de aproximadamente US\$20 bilhões (em 2020 foi de US\$14,5 bilhões), não há correspondência entre este crescimento e a distribuição da renda.

Apoiamo-nos em Bhaduri (2011) para afirmar que o crescimento do PIB não necessariamente se traduz em uma distribuição da renda devido a vários fatores estruturais e institucionais na economia. Pelo contrário, o crescimento econômico pode ser acompanhado por um aumento das desigualdades, e isso ocorre por algumas razões principais, que estão presentes nos Haiti: a) o crescimento econômico é impulsionado por setores que não geram empregos suficientes e concentram renda em um pequeno grupo; b) a desigualdade de renda reflete ou é influenciada pelas relações de poder imensamente assimétricas. Grupos com mais poder político protegem seus interesses, perpetuando assim a desigualdade; c) as instituições do Estado ou sociais não têm força para impedir

ou se contrapor à concentração do poder nas mãos de poucos. E, se as instituições são fracas, não há recursos para a educação e saúde e a renda tende ser concentrada; d) a competitividade está na base da globalização neoliberal. Ela favorece os fluxos de capital em detrimento do trabalho, levando a uma pressão sobre os salários e as condições de trabalho, especialmente na periferia do sistema. Em suma, o crescimento do PIB pode ocorrer sem uma melhoria na distribuição da renda, devido a uma combinação de fatores estruturais (políticos e institucionais) que favorecem a concentração de riqueza e poder.

Essa estrutura de subordinação e de dependência limita a capacidade de, endogenamente, construir um sistema social democrático, e que permita integrar o território promovendo maior circulação entre as regiões nacionais. As Zonas Francas são nódulos de longos circuitos espaciais produtivos globais, sobre os quais vigora um conjunto normativo próprio ao Direito Privado e que foge ao controle democrático das sociedades nacionais. É neste sentido que podemos falar em espaços alienados, referidos à perda de controle político sobre parcelas do território. A teórica mediação soberana do mundo com os lugares sempre foi referida à Formação Socioespacial, ou seja, endógena, mas nesta globalização, com as Zonas Francas, a mediação é exógena e baseada na competitividade das empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do circuito espacial produtivo do vestuário revela a complexa interdependência entre países centrais e periféricos, evidenciando como as dinâmicas de produção e consumo são moldadas por relações econômicas globais, ou seja, a divisão internacional do trabalho se impondo sobre a divisão territorial do trabalho. Enquanto as grandes corporações se beneficiam de condições favoráveis nos países periféricos, estes enfrentam desafios significativos, com a dependência de máquinas e insumos importados, exaurindo divisas e sem uma correspondente capilarização de emprego e renda fora da zona econômica especial. A estrutura de produção que concentra etapas específicas em diferentes locais, não apenas perpetua desigualdades, mas também limita as oportunidades de vias democráticas para a dignidade da vida de relações.

A competitividade, marca maior do neoliberalismo, encontrou na deslocalização industrial uma cunha fundamental para o alargamento dos circuitos espaciais produtivos globais, o que acentuou a vulnerabilidade do mundo do trabalho, especialmente das mulheres, a maior parte da força de trabalho na indústria do vestuário. Embora o emprego gerado possa ser visto como uma oportunidade, ele vem acompanhado de condições laborais inadequadas e falta de direitos trabalhistas. Mas, nenhuma força do capital teria o êxito que tem sem a participação ativa do Estado na criação de condições políticas e normativas (com uma permanente desregulamentação) para a fluidez do capital. O Estado, como observamos no Haiti, tem um papel ativo na predação.

A análise do circuito espacial de produção do vestuário revela uma complexa relação entre a exploração econômica e as vulnerabilidades sociais. As Zonas Franca atraem investimentos e geram empregos e renda, mas perpetuam uma dependência estrutural que limita a diversificação produtiva nacional, conseqüentemente os nexos do mercado internacional do Haiti são orientados pelos fluxos do circuito espacial produtivo do vestuário. O uso do território haitiano é moldado por interesses externos, onde as grandes corporações transnacionais com a complacência do Estado, estabelecem uma formação nacional predatória. Esse contexto resulta em uma especialização unívoca

que favorece a exportação de produtos de baixo valor agregado, consolidando o Haiti como um elo subordinado na divisão internacional do trabalho.

Outrossim, a dinâmica de produção voltada para o exterior acentua as desigualdades socioeconômicas no país. A dependência do mercado estadunidense e a fragilidade das instituições locais criam uma situação geográfica na qual os benefícios, reproduzindo uma realidade dos países da periferia do sistema, não atingem a maioria da população. Esta maioria, especialmente trabalhadoras e trabalhadores do setor de vestuário, continua a enfrentar condições precárias de trabalho e baixos salários, apesar do crescimento das exportações. Essa situação é exacerbada por uma estrutura de governança que prioriza interesses corporativos em vez do bem-estar social, resultando em uma marginalização das comunidades locais e na perpetuação da pobreza.

A realidade haitiana destaca a necessidade urgente de repensar as estratégias de inserção no mundo da globalização pela via das zonas econômicas especiais, porque elas são a face visível de circuitos globais de acumulação do capital, que não possuem em sua equação a possibilidade de políticas sociais que garantam direitos e dignidade a quem trabalha, pelo contrário, reforçam a instituição da formação social predatória. Os circuitos espaciais produtivos globais não são democráticos e tampouco têm em seu horizonte a incorporação de representações legítimas da classe trabalhadora, observando salários e condições de trabalho em consonância com a dignidade humana, objetivando a redução das desigualdades. O colapso de muitas estruturas do Estado haitiano precisa ser superado na direção de um aprofundamento da democracia com participação popular nas decisões do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, R. (2002). *Os Sentidos do Trabalho*. Editora Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão*. O novo proletariado de serviços na era digital. Editora Boitempo.
- Arrighi, G. (1994). *The long twentieth century: money, power, and the origins of our times*. Verso.
- Arroyo, M. (2008) A economia invisível dos pequenos. *Le Monde Diplomatique Brasil*, out. p. 3031.
- Barrios, S. (1976). *Dinámica social y espacio*. CENDES Universidad de Venezuela.
- Bhaduri, A. (2011). *Repensar la economía política: en busca del desarrollo con equidad*. Editorial Manantial.
- Benko, G. (1998). *La science régionale*. PUF.
- Benko, G. (2002). Mundialização da economia, metropolização do mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 15, 45-54.
- Brandão, C. (2012). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Editora da Unicamp.
- Cadre Intégré d'Étude Diagnostique sur l'Intégration du Commerce. Renforcer la Compétitivité et Promouvoir la Diversification en Haïti. (2013). Haiti: Groupe Banque Mondiale.
- Cariola, C. et al. (1979). *Reflexiones sobre la metodología de los circuitos de acumulación*. CENDES-UCV.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Blackwell.
- Cataia, M. (2000). Fronteiras: territórios em conflito, *UNIOESTE*, 3(1), 11-25.
- Cataia, M. (2024). Notas metodológicas de um curso de Geografia Política. *BCG*, v. 14, 9-30.
- Cavusgil, S. T. et al. (2010). *Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades*. Pearson.
- Centre de Facilitation des Investissements (2015). *Profil de l'industrie vestimentaire d'Haïti: Programme de développement des exportations d'articles vestimentaires*. USAID.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. Editora Xamã.

- Collier, P. (2009). *Haïti : Des catastrophes naturelles à la sécurité économique*. Rapport au secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies-Janvier 2009 - MINUSTAH-confidentiel- Doc Mimeo.
- Corrêa, R. L. (1997). Interações espaciais. In: de Castro, I. E.; Gomes, P. C. da; Corrêa, R. L. (Orgs.). *Explorações geográficas*. Bertrand Brasil, 279-318.
- Farmer, P. (2003). *Pathologies of power: health, human rights, and the new war on the poor*. University of California Press.
- Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra.
- Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.
- Garcia, A e Rofman, A. (2020). Circuitos produtivos regionais: notas para uma renovada ferramenta analítica sobre processos econômicos na América Latina no início do século XXI. *Rev. Brasil. Estudos Urbanos e Regionais*, 22, 01-26.
- Georges, P. (1968). *A ação do homem*. Difusão Europeia do livro.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press.
- Harvey, D. (2006). *Espaços de esperança*. Loyola.
- Harvey, D. (2012). *Os limites do capital*. Editora Boitempo.
- Ianni, O. (1996). *Teorias da globalização*. Civilização Brasileira.
- Institut Haitien de Statistique et d'Informatique (IHSI). *Population totale de 18 ans et plus: menages et densité estimés em 2015*. (2015). Direction des statistiques démographiques et sociales (DSDS).
- International Trade Centre (ITC). *Trade Map (2020)*. Trade statistics for international business development.
- Lencioni, S. (1996). A reestruturação da indústria têxtil no estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia*, 10, 79-90.
- Lencioni, S. (2012). Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. *Confins*, v. 14, 1-17.
- Martin, R. (1996). Teoria econômica e geografia humana. In: Gregory, D.; Martin, R. ; Smith, G. (Orgs.), *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Jorge Zahar Editores.
- Marx, K. (1983). *O capital*. (Col. Os Economistas, Livro I, Tomo 1). Abril Cultural.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Abril Cultural.
- Moraes, A. C. R. (1985). Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. Em Yanes, L. *et al* (Orgs.). *Aportes para el estudio del espacio socioeconómico*. Tomo III, 151-177. El Colóquio.
- Moraes, A. C. R. (2017). Os circuitos espaciais da produção e os circuitos de cooperação no espaço. Em Dantas, A; Arroyo, M; Cataia, M. (Orgs.). *Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Sebo Vermelho.
- Observatory Economic of Complexity (OEC) (2022). - *Exportações de vestuários haitianos para o mercado consumidor estadunidense*. OEC.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2015). *Labour standards in global supply chains: a programme of action*. ILO.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016). *Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage*. OIT.
- Organização Internacional do Trabalho; Corporação Internacional de Finança (2018). *Gender Equality in the Global Garment Industry: Highlights of the Better Work Strategy 2018-2022'*
- Organização Internacional do Trabalho. (2019). *The Future of Work in Textiles, Clothing Leather and Footwear*. Working Paper 326. ILO.

- Organização Internacional do Trabalho. (2020). COVID-19: Action in the Global Garment Industry. ILO.
- Organização Internacional do Trabalho. (2021). *Moving the Needle: Gender Equality and Decent Work in Asia's Garment Sector*. OIT.
- Perspective Monde. Haïti, Exportations de vêtements (2000-2015). Banco Mundial. Disponível em: <https://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendancelImportExport?codeTheme=Exports&codeStat=MACL&codePays=HTI>. Acessado: 20 de abril de 2023.
- Sainte, G. (2017). *Uso do território e o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na ajuda humanitária no Haiti de 2010 a 2012: MINUSTAH (Missão de Estabilização de Paz ao Haiti)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Geociências, Unicamp.
- Santos, M. (1986). *Por uma geografia nova*. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. Hucitec.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnico e tempo, razão e emoção*. Hucitec.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record.
- Santos, M. (2001). *Metamorfoses do espaço habitado*. 6ª Edição. Edusp.
- Santos, M. (2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ª Edição. Edusp.
- Santos, M. (2012). *Por uma economia política da cidade*. 2ª edição. Edusp.
- Santos, M e Silveira, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Record.
- Sassen, S. (2016). *Expulsões*. Brutalidade e complexidade na economia global. Paz & Terra.
- Shamsie, Y. (2011). Pro-poor economic development aid to Haiti: unintended effects arising from the conflict development nexus. *Journal of Peacebuilding & Development*, 6(3) 32-44.
- da Silva, S. C. (2011). Mapeamento dos agentes do circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do território usado. In: da Silva, C. A. (Org.), *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana* (115-136). Lamparina.
- da Silva, S. C. (2012). Os agentes invisíveis do território usado: o circuito espacial de produção do vestuário em São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*, 2(3), 418-435.
- Slee, T. (2017). *Uberização. A nova onda do trabalho precarizado*. Editora Elefante.
- Slobodian, Q. (2023). *Crack-up capitalism*. Market radicals and the dream of a world without democracy. Metropolitan Books.
- Smith, N. (1988). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Bertrand Brasil.
- Standing, G. (2013). *O precariado. A nova classe perigosa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Steckley, M e Shamsie, Y. (2015). Manufacturing corporate landscapes: the case of agrarian displacement and food (in) security in Haiti. *Third World Quarterly*, 36(1), 179-197.
- Storper, M. (1997). *The regional world: territorial development in the global economy*. Guilford Press.
- United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) (2018). Indstat 2 2021, ISIC Revision 3 (Demo). Disponível em: <https://stat.unido.org/>. Acesso em: 12 de junho de 2023.
- Vasconcellos, E. (2007). *Internacionalização e o dilema da descentralização de P&D*. Internacionalização e os países emergentes. Atlas.
- Wallerstein, I. (2005). *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Siglo XXI.

© Copyright: Guerby Sainte, Marcio Cataia, 2024.

© Copyright de l'edició: Biblio3W, 2024

Ficha bibliográfica: SAINTE, Guerby; CATAIA, Marcio. Globalização e divisão internacional do trabalho: a função dos países periféricos no circuito espacial produtivo de vestuários. O caso do Haiti. Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2024, vol. XXIX, nº 1353 [ISSN:1138-9796].

DOI: <http://doi.org/10.1344/B3W.v29.2024.49587>